

Sumário

Número de notícias: 35 | Número de veículos: 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Falta metade do caminho para cumprir alvo fiscal 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Acima do esperado, corte é bem aceito por economistas 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo corta R\$ 15 bi para acalmar mercado 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Voa Brasil inicia só para aposentados 9

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão do BPC (Fórum dos leitores) 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo prevê redução de R\$ 12 bi com revisão no INSS 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Com "super-reguladores", fiscalização de emissões será melhor, diz Loyola 12

A GAZETA - MT - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS orienta sobre alguns serviços 14

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo vê descontrole e estuda recadastramento 15

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Pente-fino nos benefícios do INSS começa em agosto 17

AGÊNCIA BRASIL - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2 19

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Voa Brasil irá beneficiar aposentados, sem limite de renda; programa será lançado nesta quarta 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Queda de preços das commodities afeta balança comercial do Brasil - BRASIL EM FOCO 21

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ajuste fino na reforma tributária - ENTRE ASPAS 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado tem o dever de impedir aumento da carga tributária (Editorial) 24

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Um tema fora do radar na reforma tributária - OPINIÃO JURÍDICA..... 26

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Exportações devem ficar aquém do esperado em 2024..... 28

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Estamos em um período de proliferação de jabutis , diz Mendonça de Barros
..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump fala pela 1º vez após tiros e promete acabar com inflação..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Previsão de PIB fica em 2,5% este ano..... 32

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo congela R\$ 15 bilhões para cumprir déficit zero..... 33

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Fazenda aumenta projeção da inflação..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Sob pressão para atingir meta fiscal, Haddad anuncia contenção de R\$ 15 bi..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

"Contenção" de R\$ 15 bilhões fica "dentro do arcabouço", diz Haddad..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Fazenda mantém estimativa para PIB e eleva a do IPCA..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IFI considera positiva sinalização de corte de R\$ 26 bi para o próximo ano..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bancos reveem projeções para início de corte de juros nos EUA..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BCE mantém taxa e deixa em aberto redução em setembro..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bancos criam fundos de debêntures "turbinados"..... 44

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Fazenda sobe para 3,9% estimativa de inflação em 2024.....	46
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO ECONOMIA	
O que esperar economicamente do segundo semestre de 2024? (Artigo).....	47
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - CONJUNTURA ECONOMIA	
Índice de Preços ao Consumidor Restrito avançou 0,53%, diz Ipead.....	48
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Fazenda reduz projeção para alta do PIB em 2025 para 2,6%.....	49
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
'Brasil não pode gastar mais do que arrecada'.....	50
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA ECONOMIA	
Inflação deve avançar e terminar o ano em 3,9%.....	51

Falta metade do caminho para cumprir alvo fiscal

ALVARO GRIBEL

Os R\$ 15 bilhões de bloqueio e contingenciamento anunciados pela equipe econômica ontem resolvem metade do problema do governo para cumprir a meta fiscal deste ano. Isso significa que um novo anúncio semelhante precisará ser feito em meados de setembro - o que implicará, na verdade, desafio maior, já que o Orçamento estará mais apertado.

A meta deste ano é chegar ao déficit primário zero, mas o que o governo ainda tenta cumprir é o piso da banda (intervalo de tolerância), que permite um déficit de R\$ 28,8 bilhões (o equivalente a 0,25% do **PIB**).

Como mostrou o economista Felipe Salto na última semana, que antecipou ao Estadão a sua aposta de que o governo conseguirá cumprir o combinado, os bloqueios precisam chegar a R\$ 28,8 bilhões, no total, até dezembro.

O desafio político para isso será enorme, já que há reclamações nos ministérios de falta de recursos, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ainda tem dificuldades para decolar (e certamente nem irá).

O Orçamento tem três grandes problemas, e só uma parte deles foi resolvida com o anúncio de ontem.

Primeiro, há despesas subestimadas, principalmente de Previdência.

Isso explica os R\$ 11,2 bilhões bloqueados, que significam que haverá cortes desse montante em outras áreas para compensar essa previsão de gasto - que terá de subir no próximo relatório bimestral de receitas e despesas.

Segundo, há receitas superestimadas, sendo a principal delas o voto de qualidade no **Carf**, com previsão de R\$ 56 bilhões neste ano; mas, até agora, não houve entrada de recursos.

Há também R\$ 25 bilhões previstos com concessões, número considerado exagerado pelo mercado. Ambos terão de ser revistos para baixo.

Terceiro, a combinação desses dois desajustes significa que a meta seria descumprida - e, por isso, o governo anunciou o contingenciamento de R\$ 3,8

bilhões.

Nesse caso, é corte, de fato, para que a equipe econômica se mantenha dentro dos parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A antecipação do anúncio reflete o receio da equipe econômica com a disparada do dólar, que fechou em alta de quase 2%, a R\$ 5,58, ontem. Haddad conseguiu mais uma pequena vitória ao convencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a necessidade dos cortes.

Muitas batalhas ainda virão pela frente; mas, por ora, o ministro - e o País - poderão respirar um pouco mais aliviados.

Alívio Haddad obteve pequena vitória ao convencer Lula sobre os cortes, mas muitas batalhas ainda virão

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Acima do esperado, corte é bem aceito por economistas

Anais Fernandes, Marcelo Osakabe e Ivina Garcia De São Paulo

A contenção de R\$ 15 bilhões em despesas discricionárias (não obrigatórias) anunciada ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi, em geral, bem avaliada pelos economistas, já que veio acima do piso de R\$ 10 bilhões aventados por agentes do mercado. O valor, no entanto, ainda é considerado insuficiente para garantir o cumprimento da meta zero de resultado primário este ano. Os analistas também aguardam a divulgação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas primárias do Tesouro Nacional, na próxima segunda-feira, para entender a consistência do ajuste.

O bloqueio de R\$ 11,2 bilhões em despesas não obrigatórias "foi um movimento positivo, que deve reduzir o risco fiscal de descumprimento do limite de despesas", diz Tiago Sbardelotto, economista da XR. "Em nossa avaliação, seria necessário um bloqueio de R\$ 16 bilhões [para o ano], e uma parte importante desse valor vai ser feito agora, o que torna menos custoso ajustes adicionais menores", afirma.

Por outro lado, o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões ainda parece insuficiente para Sbardelotto. "Para atingir a meta, considerando um empoçamento, vemos necessidade de um corte maior, de R\$ 25,5 bilhões", diz.

Quando o desempenho das receitas é mais fraco do que o esperado, o governo pode compensar realizando um congelamento de despesas discricionárias, que é o contingenciamento. Já se a estimativa de despesa total excede o montante permitido pela regra fiscal por causa do crescimento excessivo dos gastos obrigatórios, o governo realiza um bloqueio de despesas discricionárias.

"O bloqueio é uma mudança na composição dos gastos, um jogo de "soma zero" entre itens obrigatórios e discricionários. Já o contingenciamento, tudo o mais constante, resulta em diminuição das despesas totais", explica Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays. No fim, ambas as medidas implicam cortes de despesas não obrigatórias, mas o contingenciamento é o que afeta, de fato, o resultado primário.

Em conjunto, o anúncio de ontem do governo dá conta de um ajuste de R\$ 15 bilhões.

Entre bloqueio e contingenciamento, Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, esperava um número maior, de R\$ 19,5 bilhões. Para ele, a composição do que foi divulgado indica que pouco foi alterado na linha de receita.

As previsões de arrecadação com novas regras no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e nas transações tributárias, que somam quase R\$ 90 bilhões, por exemplo, não devem ter mudado, aponta. Até o momento, porém, não houve entrada significativa dessas receitas, observa.

"O mercado deve ser positivo [na sua reação] na margem, mas está longe de resolver o problema, porque há uma incerteza considerável sobre se o governo conseguirá esse volume de receita", afirma.

Com o bloqueio de R\$ 11,2 bilhões, o ajuste parece ter sido feito mais pelo lado do gasto, diz Leal. Sua suspeita é que o principal vetor tenha sido a reavaliação para cima nas despesas obrigatórias com Previdência e assistência social, duas rubricas que estavam crescendo muito, segundo ele.

Se, no entanto, a receita fosse ajustada nos pontos do **Carf** e das transações tributárias e a despesa tivesse regulagem mais rigorosa, com o cumprimento do centro da meta de déficit, bloqueio e contingenciamento estariam na casa dos R\$50 bilhões, estima Leal.

O anúncio do governo veio mais próximo das estimativas da Warren Investimentos, de um congelamento de R\$ 16 bilhões, e foi considerado "bastante positivo" pelo economista-chefe Felipe Salto. Na sua avaliação, foi um sinal de que o governo quer cumprir a promessa de atender às metas estabelecidas no novo arcabouço fiscal.

A Warren estima que, para isso, é necessário um corte de R\$ 26,8 bilhões em despesas discricionárias este ano. Com a contenção de R\$ 15 bilhões, restam R\$ 11,8 bilhões a serem congelados, o que ainda poderá ocorrer nas próximas edições do relatório de avaliação bimestral, em setembro e novembro.

Salto calcula que, no relatório de julho, o governo deve ter esticado a projeção de déficit primário em 2024 de R\$ 14,5 bilhões para R\$ 28,8 bilhões - equivalente a um déficit de 0,25% do **PIB**, o limite da regra -, contingenciando o necessário para preservar essa banda. Dos R\$ 14,3 bilhões que entraram na previsão de déficit, Salto estima que R\$ 2,5 bilhões foram aproveitados do espaço que ainda havia, segundo o arcabouço atual, para as despesas totais crescerem, e outros R\$ 11,8 bilhões envolveram redução na projeção de receita líquida. Somada ao contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões, a revisão de receita líquida projetada deve ter sido de R\$ 15,6 bilhões, segundo Salto.

Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander e ex-secretária do Tesouro, também diz, em um comentário, que "explicitamente, o governo não mirou o centro da meta de resultado primário". O Santander cravou a projeção de um ajuste de R\$ 15 bilhões na avaliação de julho.

"Vemos como positiva a sinalização inicial (dentro do possível) e é muito provável a necessidade de superar importantes desafios para a consolidação fiscal à frente. Ou seja, a dose foi comedida, mas na direção correta", escreve Vescovi.

O resultado fiscal para o fim do ano ainda terá desafios à frente, a depender, segundo ela, da contenção dos gastos com a Previdência, da evolução da arrecadação com medidas extraordinárias, como as mudanças no **Carf**, e da questão da desoneração da folha de pagamento.

Ao entregar um ajuste "no meio do caminho", o governo conseguiu comprar algum tempo, mas está longe de resolver o problema, diz Leal, da ARX. "É um jogo de ganhar tempo, e o Haddad conseguiu vencer essa batalha, mas está longe de ter vencido a guerra. O orçamento ainda tem muitos problemas que precisam ser corrigidos", afirma.

Economistas ponderam ser preciso aguardar o detalhamento do relatório de julho, no dia 22 de julho, para entender quais despesas obrigatórias foram reestimadas para cima e quais receitas foram revisadas para baixo.

"O relatório anterior estava pouco realista, há nível maior de despesa com a manutenção da desoneração da folha e receita menor por pouca entrada via **Carf**, logo, estava clara a necessidade de ajuste via bloqueio mais contingenciamento. Resta saber o quão realista o relatório da semana que vem será. Acreditamos que será pouco mais realista", escreve, em comentário, Leonardo Costa, economista do ASA

Para Secemski, do Barclays, foi positivo a equipe econômica já ter antecipado que não foram incluídas medidas do "pente-fino" em benefícios no cálculo das despesas obrigatórias que serão ajustadas, "já que o tempo para entregar resultados relevantes em 2024 parece exíguo, o que poderia gerar questionamentos por parte do mercado", afirma o economista.

Sbardelotto, da XP, também diz que "há diversas informações e premissas que o governo pode ter adotado quando da atualização da estimativa de receitas" e que "é preciso avaliá-las para se ter maior clareza de quanto o governo avançou rumo a um cenário que consideramos mais realista", afirma.

"Governo não mirou o centro da meta de resultado primário"

Anci Paula Vescovi

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187932?page=1§ion=1>

Governo corta R\$ 15 bi para acalmar mercado

» HENRIQUE LESSA » RAFAELA GONÇALVES

O governo vai represar R\$ 15 bilhões do Orçamento deste ano. O anúncio foi feito ontem pelos ministros que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO), após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A revisão dos números é necessária para o cumprimento da meta fiscal, que permite um rombo de até 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), algo perto de R\$ 29 bilhões.

O anúncio deveria ser feito na próxima segunda-feira, quando será divulgado o relatório bimestral de receitas e despesas.

Porém, "para evitar especulações" em torno do valor discutido ontem pela JEO, a equipe resolveu antecipar apenas o número. Como têm repercutido negativamente, no mercado financeiro, as declarações de Lula sobre o tema fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer aprimorar a comunicação do governo sobre assuntos da área econômica.

"Trouxemos ao presidente da República os números da área econômica para fazermos um entendimento sobre o cumprimento do arcabouço fiscal. Estamos falando da execução orçamentária de 2024 e nós vamos ter que fazer uma contenção de R\$ 15 bilhões para manter o cumprimento do arcabouço fiscal até o final do ano", disse Haddad. O chefe da equipe econômica apontou que, com o corte, as contas do governo devem fechar dentro da banda da meta fiscal, mas com a expectativa de ficar no topo da banda negativa, o que significa um saldo negativo de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) - algo próximo a R\$ 29 bilhões de déficit.

A preocupação de Haddad com a comunicação do governo é tanta que ele não permitiu a nenhum dos ministros presentes na entrevista coletiva, tomar a palavra. Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, por exemplo, tentou, por várias vezes, esclarecer questões trazidas por repórteres, mas não teve acesso ao microfone. Também participaram a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, e o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

Dos R\$ 15 bilhões suspensos, R\$ 11,2 bilhões serão bloqueados, porque se referem ao crescimento das despesas acima do nível máximo previsto pelo novo

arcabouço fiscal, que estabelece em 2,5% em relação ao ano anterior, mais a **inflação**. Outros R\$ 3,8 bilhões serão contingenciados, já que a arrecadação foi menor que a prevista na Lei Orçamentária.

Haddad apontou que os cálculos para o corte não levaram em consideração a compensação da desoneração da folha determinada pelo Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional.

"A Receita, por prudência, neste momento, não está considerando compensação, ou seja, se as negociações com o Senado avançarem, esse contingenciamento pode ser revisto", disse o ministro.

Programas sociais Mais cedo, Simone Tebet, descartou cortes em programas sociais.

Ela disse que haverá cortes em benefícios fraudulentos para equilibrar contas do governo.

"A gente consegue fazer a revisão de gastos com inteligência, com racionalidade, mas com justiça social, sem penalizar quem mais precisa. Agora, nós precisamos fazer cortes, porque não se pode gastar mais do que arrecada, porque lá na ponta quem vai pagar o preço são as pessoas que mais precisam", disse em entrevista ao programa Bom Dia, Ministra, da EBC.

Segundo a ministra, os bloqueio e contingenciamento também não afetarão obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que já foram iniciadas. "O PAC está preservado, ainda que tenhamos que fazer cortes temporários, contingenciamento ou bloqueios em obras de infraestrutura, faremos naquelas que não iniciaram", declarou.

A chefe do Planejamento negou ainda cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e em outros programas sociais.

"Estamos analisando suspeitas no **INSS**, em benefícios. Não vai acabar com o BPC. Muito pelo contrário. O BPC é uma política sagrada para quem precisa, para aposentados que não conseguiram contribuir, para pessoas com deficiência." Ela citou como exemplo o pente-fino realizado no Bolsa Família, que conseguiu redistribuir R\$ 12 bilhões.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6197/18-07-2024.html?all=1>

Voa Brasil inicia só para aposentados

RAFAELA GONÇALVES VITÓRIA TORRES* **Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza*

Após uma sequência de adiamentos, o programa Voa Brasil, que deverá oferecer passagens aéreas de até R\$ 200, teve finalmente seu lançamento marcado para a próxima quarta-feira, em uma versão desidratada. Com uma nova reformulação, a primeira fase será focada em descontos apenas para aposentados.

A ideia inicial era de que a iniciativa fosse mais ampla, incluindo também alunos do Programa Universidade Para Todos (Prouni), que oferece bolsas de estudos para alunos de baixa renda. Esse grupo ficará para uma segunda fase, ainda sem previsão de lançamento.

No primeiro ano, devem ser colocados à venda até 5 milhões de bilhetes para aposentados do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**) que não tenham viajado de avião nos últimos 12 meses.

As passagens oferecidas são aquelas classificadas como ociosas pelas companhias aéreas, poltronas não vendidas por falta de demanda.

Ainda não há detalhes sobre questões como a antecedência em que os beneficiários poderão solicitar a passagem, que depende da dinâmica de vendas.

Segundo integrantes do governo, será criado um site específico para o programa, que deve ser acessado por meio do cadastro do gov.br. Esse banco de dados contará com informações se a pessoa viajou no último ano.

A justificativa para deixar estudantes para uma segunda fase é de que foram identificadas dificuldades técnicas para filtrar aqueles que cumprem o requisito de não ter voado nos últimos 12 meses. Para os aposentados, já existe uma base de dados que monitora as viagens de avião.

A iniciativa partiu de um acordo com as companhias, ou seja, não haverá gasto de dinheiro do orçamento federal para reduzir o custo das passagens. O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, já afirmou que "do ponto de vista da aviação, não terá nenhum impacto de fato no preço das passagens por conta do Voa Brasil". Isso porque, as aéreas estão disponibilizando a "ociosidade".

Anunciado em março de 2023, o lançamento do Voa

Brasil já foi prometido ao menos dez vezes e por dois ministros. Desde que assumiu a pasta, em setembro, Silvio Costa Filho vem tentando tirar a ideia do papel.

Transporte de pets Paralelamente, o Ministério de Portos e Aeroportos, juntamente com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), deu um passo na regulamentação do transporte aéreo de animais de estimação. A pasta instalou uma comissão especial para tratar do assunto. Com um prazo de 30 dias para concluir os trabalhos, o grupo tem a missão de consolidar regras mais específicas para a presença de pets em voos domésticos e internacionais.

A iniciativa foi impulsionada pelo trágico caso de Joca, um golden retriever que morreu em abril deste ano após ser enviado para um destino errado. "Essa legislação tem que ser feita, até porque as companhias aéreas não podem agir da forma como elas agem, elas fazem o que querem com a gente", observou João Fantazzini, tutor de Joca, durante a cerimônia de lançamento da comissão em Brasília.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6197/18-07-2024.html?all=1>

Revisão do BPC (Fórum dos leitores)

A insistência do Ministério da Fazenda na crença de que encontrará onde cortar gastos pelo combate a fraudes no Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), cujos dispêndios cresceram 17% no primeiro semestre, mostra que desconhece que a quantidade desses beneficiários cresceu 7,8% e 11,3%, respectivamente, em 2022 e 2023.

Essa evolução galopante nada mais é que o resultado de ter 40 milhões de trabalhadores fora do sistema da Previdência, conforme dados estatísticos do próprio **INSS** (Beps). Se anualmente 2,5% desses 40 milhões de não contribuintes ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) chegarem à idade de aposentadoria e quiserem parar de trabalhar, não terão dificuldade em provar que seus rendimentos familiares e sua condição social se enquadram nas regras do BPC. É isso que explica o salto, em 2024, de 17% nesse benefício, a partir dos 5.783 mil benefícios em dezembro de 2023, seguindo uma tendência que vem desde 2022.

O problema não é fraude no BPC, é como trazer 40 milhões de não contribuintes para contribuir para o sistema do RGPS. Este problema já é a bomba atômica armada para as finanças nacionais nos próximos anos. Neste quadro sombrio, o Congresso criou no projeto da **reforma tributária** a figura do nanoempreendedor isento até de contribuição à Previdência, que enquadra 90% destes 40 milhões, institucionalizando a dispensa da urgente necessidade de tratar deste gravíssimo problema.

Elie R. Levy São Paulo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo prevê redução de R\$ 12 bi com revisão no INSS

GERALDA DOCA E BERNARDO LIMA
econorma@oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo prevê economizar R\$ 12 bilhões até o fim de 2025 com a revisão de benefícios sociais do **INSS**. Um dos principais focos são os auxílios-doença concedidos acima de 180 dias e de aposentadorias por invalidez. Esses benefícios passarão por uma ampla revisão ainda este ano, quando serão realizadas perícias médicas para confirmar se o segurado continua tendo direito ao auxílio, dizem fontes do governo.

A meta é realizar 800 mil perícias a partir de agosto e obter uma economia de R\$ 3 bilhões ainda este ano. Para o ano que vem, a expectativa é que sejam poupados mais R\$ 9 bilhões com essas revisões, do **INSS** e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Só do **INSS**, serão R\$ 5 bilhões.

Cerca de dois milhões de pessoas que recebem o auxílio há mais de dois anos deverão ser convocadas. Haverá um cronograma para atendimento, e quem não tiver condições de deslocamento poderá passar por perícia na residência.

A isso se soma a análise do BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência da baixa renda. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) fará uma revisão dos cadastros para verificar se o beneficiário cumpre o requisito de renda, de até meio salário mínimo por pessoa da família. A estimativa é economizar mais de R\$ 4 bilhões com o BPC em 2025.

PAC PRESERVADO

A economia de gastos com os auxílios faz parte do corte de R\$ 25,9 bilhões anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para 2025. O objetivo é cumprir a meta de déficit zero em 2025 e o arcabouço fiscal.

Haddad disse ontem que tratou sobre os investimentos necessários para fazer a checagem de cadastros de benefícios do **INSS** em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem.

-(A reunião) Foi sobre os investimentos necessários para checagem de cadastros e as providências para implementar o plano que o presidente autorizou na

semana retrasada, de conformação dos programas ao Orçamento e às leis -disse Haddad.

O ministro afirmou ainda que os limites de gastos dos ministérios para o Orçamento de 2025 já foram definidos pela pasta do Planejamento. Segundo Haddad, no momento o governo está adaptando os limites orçamentários às regras do arcabouço fiscal.

Já a ministra do Orçamento e Planejamento, Simone Tebet, afirmou ontem que bloqueios ou contingenciamentos no Orçamento do governo não vão interromper obras já iniciadas. Segundo a ministra, os cortes serão feitos no que está "sobrando", especialmente com a revisão de benefícios.

Em entrevista ao programa "Bom dia, Ministra", do canal Gov, Tebet afirmou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) será preservado de cortes, e só haverá paralisações em obras que ainda não começaram.

-O PAC está preservado, mesmo que a gente tenha que fazer cortes temporários, contingenciamentos ou bloqueios em obras de infraestrutura, a gente faz isso em obras que não iniciaram ainda -disse a ministra. - Não tem nenhuma sinalização de que o PAC, especialmente na área da educação e da saúde, vai ter corte.

Segundo Tebet, no entanto, os cortes deverão ser feitos para equilibrar as contas do governo, mas eles deverão atingir "fraudes, erros e irregularidades": -Nós vamos ter que cortar gastos, mas cortar gastos naquilo que efetivamente está sobrando, fraudes, erros, irregularidades, ainda tem muita. E obviamente, na hora de cortar nós vamos ter que reestruturar alguns programas, para ter aquilo que mais precisa onde mais precisa.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com "super-reguladores", fiscalização de emissões será melhor, diz Loyola

Liane Thedim Do Rio

Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central (BC), avalia que o projeto em discussão no Ministério da Fazenda para introduzir no Brasil o chamado modelo "twin peaks" pode permitir uma melhor fiscalização do mercado de crédito privado, inclusive dos riscos das empresas de seguro que têm ativos do tipo em suas carteiras. Segundo ele, uma parte importante do crédito hoje no Brasil está nos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), de investimento imobiliário (FIIs) e outros fundos que não são fiscalizados pelo BC.

"Temos muita dívida em CRIs [certificados de recebíveis imobiliários] e CRAs [do agronegócio], e o Banco Central tem pouco acesso a eles", afirma ele, que ficou à frente da autoridade monetária de 1995 a 1997. Para Loyola, o crescimento do mercado de crédito privado é bom, porque alonga os prazos das dívidas e reduz a concentração nos bancos públicos, mas precisa ser monitorado, sobretudo os FIDCs.

"Como as exigências de capital para empréstimo são elevadas, a tendência no mundo é originar para distribuir e esse crédito é vendido para fundos, o que gera preocupação crescente." Loyola ressalta que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) olha as emissões mais como reguladora de conduta, menos do ponto de vista da qualidade do crédito. "E é preciso ter visão sistêmica." Pelo projeto, BC e CVM se tornariam "superórgãos" reguladores, responsáveis por monitoramento, regulação e supervisão dos mercados financeiro, de capitais, além de seguros e previdência. A Fazenda estuda incorporar a Superintendência de Seguros Privados (Susep) ao Banco Central. Em um segundo momento, a CVM ganharia atribuições que hoje são do BC, e a autoridade monetária, funções atualmente de competência da CVM. A Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) também pode entrar no redesenho.

Loyola diz que essa integração entre BC, CVM, Susep e Previc "não será fácil". "Há muita disparidade de cultura entre cada um desses órgãos. Talvez a abordagem tenha que ser mais modesta de início."

"Temos muita dívida em CRIs e CRAs, e o Banco Central tem pouco acesso a elas" Gustavo Loyola

Site: <https://valor.globo.com/virador#edition/187932>

INSS orienta sobre alguns serviços

Greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) completou 3 dias nesta quinta-feira (18).

Embora sustente que a paralisação dos profissionais não impactou significativamente os serviços prestados à população, o órgão reforçou as orientações a quem precisar de determinados atendimentos.

Segundo **INSS**, uma centena de serviços podem ser agendados por meio do site Meu **INSS** ou pela central de atendimento telefônico 135. Cidadãos que necessitarem de atendimento pericial para a obtenção do auxílio-doença podem utilizar o Atesmed, serviço de avaliação remota de documentos.

Nos casos de perícia médica já agendada para benefício por incapacidade temporária, o segurado pode pedir conversão de agendamento de perícia para o Atestmed. Os servidores do **INSS** entraram em greve na terça-feira (16), por tempo indeterminado.

(SB, com informações da Agência Brasil)

Governo vê descontrolado e estuda recadastramento

Gustavo Andrade

O governo federal disse ver um "descontrole" em pedidos de benefícios, como Benefício de Prestação Continuada (BPC), em especial, a partir da pandemia, quando foram suspensos recadastramentos e perícias.

O pente-fino nos programas sociais deve começar por ele, e pode incluir um recadastramento dos beneficiários, com intuito de combater possíveis fraudes.

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que são cerca de 170 mil novos pedidos por mês apenas para a inclusão no BPC, o que causa estranheza na área técnica.

Dados divulgados mostraram que o valor gasto pelo governo federal com o BPC subiu 37% em dois anos. Em junho de 2022, o valor destinado ao BPC era de R\$ 6,2 bilhões, já com o ajuste da **inflação**. Em junho de 2024, o custo subiu para R\$ 8,5 bilhões.

Este ano, o custo do BPC deve passar de R\$ 100 bilhões pela primeira vez na história do programa, em vigor desde os anos 1990.

O BPC garante um salário mínimo por mês ao idoso ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, mesmo que não tenha contribuído para a **Previdência Social** - desde que atendidos critérios de renda familiar. Segundo o governo, o pagamento do benefício custa 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) ao ano.

O presidente Lula se reuniu ontem com membros do núcleo do governo, da equipe econômica e representantes da Polícia Federal e do **INSS** para falar de fraudes em benefícios.

A possível economia de gastos com o combate às fraudes e irregularidades é considerada essencial para ajudar a área econômica a cumprir a meta fiscal deste ano - e, em especial, de 2025.

"Os benefícios precisam ser pagos para quem realmente precisa, porque estamos falando do dinheiro dos contribuintes brasileiros", disse o ministro da Casa Civil A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, garantiu que o governo não vai extinguir o BPC

e defendeu que as revisões nos benefícios miram irregularidades. "Não vamos acabar com o BPC. Muito pelo contrário, o BPC é uma política sagrada para quem precisa, para aposentados que não conseguiram contribuir e pessoas com deficiência", afirmou.

"Não vamos acabar com o BPC. Muito pelo contrário, o BPC é uma política sagrada para quem precisa"

Simone Tebet. ministra do Planejamento

SAIBA MAIS

Aumento da despesa preocupa

Pente-fino por medida provisória

O MINISTRO DA FAZENDA. Fernando Haddad, disse que parte das medidas necessárias para a revisão dos cadastros de benefícios sociais pode vir por Medida Provisória.

"O PRESIDENTE autorizou que uma ou outra medida adicional possa ser tomada até agosto. ". disse Haddad.

Crescimento de despesas

O CRESCIMENTO das despesas obrigatórias atreladas ao salário mínimo preocupa a área econômica. O BPC é um desses gastos. O governo vem sendo pressionado a abraçar um "plano de desvinculação" entre o salário mínimo e os benefícios sociais, sobretudo em razão da promessa de Lula de seguir elevando o mínimo acima da **inflação**.

MAS A DESVINCULAÇÃO enfrenta

enorme resistência. Lula chegou a afirmar que, enquanto for presidente, não vai desvincular as aposentadorias do salário mínimo, por exemplo.

Checagem de indícios de fraude

PARA AMPLIAR a análise dos benefícios. e dar direito a quem tem direito, o **INSS** informou que começará a fazer uma checagem por meio de dados para identificar indícios de fraude. Não há como informar a quantidade de BPCs que serão chamados, isso ocorrerá após a checagem de dados.

JÁ O Ministério do Planejamento e Orçamento informou que "o trabalho de revisão de gastos está em curso e seus resultados e detalhamentos serão apresentados em momento oportuno".

Fonte: Folhapress. 61 e **INSS**.

HADDAD disse que medida provisória tende a ser o mecanismo para implementar a revisão dos benefícios sociais

Congelamento de R\$15 bilhões para cumprir regras fiscais

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento para cumprir as regras fiscais deste ano em meio à frustração com receitas extras e ao aumento acima do esperado de despesas obrigatórias, especialmente as previdenciárias.

Ele disse que serão de R\$ 11,2 bilhões de bloqueio devido a estimativas de gastos que superam o limite do arcabouço fiscal e RS 3,8 bilhões em contingenciamento em função de arrecadação insuficiente para alcançar a meta de déficit zero, ou seja, gastos iguais à arrecadação.

No caso do bloqueio, a principal ação para conter despesas é a operacionalização de um pente-fino em benefícios sociais.

Haddad disse que levou números da área econômica para cumprir a determinação do presidente Lula de observar as regras do arcabouço fiscal. Questionado sobre se o presidente foi convencido sobre a necessidade de cortes, Haddad respondeu que o anúncio mostrava que Lula estava convencido.

"O valor necessário para cumprir a determinação do presidente foi tomado hoje (ontem)".

O ministro não disse, porém, qual será a nova estimativa do rombo nas contas públicas para 2024, mas afirmou que ele deve ficar próximo do intervalo de tolerância da meta, que permite um rombo de até RS 28,8 bilhões (0,25% do **PIB**). No relatório divulgado em maio, a projeção era de R\$ 14,5 bilhões no vermelho neste ano.

ESPLANADA dos Ministérios

Pente-fino nos benefícios do INSS começa em agosto

Geralda Doca, Thaís Barcellos e Karolini Bandeira
economia@oglobo.com.br

- O governo prevê economizar R\$ 12 bilhões até 2025 com a revisão de benefícios do Instituto Nacional do Serviço Social (**INSS**).

Os principais focos são os de incapacidade temporária, antigo auxílio-doença, concedido a quem fica mais de 180 dias sem poder trabalhar, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Esses benefícios passarão por ampla revisão ainda este ano, quando serão realizadas várias perícias médicas para confirmar se o segurado continua fazendo jus ao auxílio, dizem fontes com conhecimento dos estudos do governo.

Hoje, no país, há cerca de 2 milhões de pessoas que recebem o auxílio-doença, enquanto 6 milhões recebem o BPC. Com isso, cerca de 8 milhões de beneficiários passarão pelo pente-fino.

PERÍCIAS A PARTIR DE AGOSTO A meta é realizar 800 mil perícias a partir de agosto e obter uma economia de R\$ 3 bilhões em 2024. Para o ano que vem, a expectativa é que sejam poupados mais R\$ 5 bilhões com essas revisões.

Haverá um cronograma para atendimento, e quem não tiver condições de deslocamento poderá passar pela perícia em casa. No caso do BPC, o Ministério do Desenvolvimento Social fará uma revisão dos cadastros para verificar se o beneficiário atende ao requisito de renda, de até meio salário mínimo por pessoa da família.

A estimativa é economizar mais de R\$ 4 bilhões só com o BPC no ano de 2025.

A economia de gastos com os auxílios faz parte do corte de R\$ 25,9 bilhões anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para 2025. Esse corte será feito com a revisão de benefícios e sem uma "bala de prata". O objetivo dos cortes é cumprir a meta de déficit zero em 2025 e o arcabouço fiscal.

As revisões neste ano estão sendo consideradas no relatório bimestral de receitas e despesas, a ser anunciado na próxima segunda-feira. O governo

promete entregar uma meta de déficit zero em 2024, mas diante do crescimento das despesas, principalmente com benefícios previdenciários, deverá ser anunciado contingenciamento e bloqueio de recursos, conforme tem defendido o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ontem, Haddad afirmou que tratou sobre os investimentos necessários para fazer a checagem de cadastros do **INSS** em uma reunião com o presidente Lula: - A conversa foi sobre os investimentos necessários para checagem de cadastros e as providências necessárias para implementar o plano que o presidente autorizou na semana retrasada, de conformação dos programas ao orçamento e às leis, porque na verdade o que nós estamos fazendo é conformando as leis.

-

Congelamento de R\$ 15 bilhões

Fernando Haddad também anunciou ontem um congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento para cumprir as regras fiscais deste ano. Ele disse que serão R\$ 11,2 bilhões de bloqueio devido a estimativas de gastos que superam o limite do arcabouço fiscal e R\$ 3,8 bilhões em contingenciamento em função de arrecadação insuficiente para alcançar a meta zero.

Haddad não disse, porém, qual será a nova estimativa de déficit nas contas públicas para 2024, mas afirmou que ele que deve ficar próximo do intervalo de tolerância, que permite rombo de até R\$ 28,8 bilhões (0,25% do **PIB**).

No relatório divulgado em maio, a projeção era negativa em R\$ 14,5 bilhões.

- Vamos ter que fazer uma contenção de R\$ 15 bilhões para manter o ritmo do cumprimento do arcabouço até o final do ano, consistindo em 11,2 bilhões de bloqueio, em virtude de um excesso de dispêndio acima dos 2,5% (crescimento real das despesas) previstos no arcabouço; e de R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento em virtude da receita, particularmente em função do fato de que ainda não foram resolvidos os problemas pendentes junto ao STF e Senado Federal - disse Haddad, se referindo à

compensação da desoneração dos setores que mais empregam no país e de pequenos municípios.

No relatório a ser divulgado na próxima segunda-feira serão detalhadas as novas projeções de receitas e despesas que levaram a equipe econômica a chegar no congelamento de R\$ 15 bilhões.

ATENDIMENTO Perícia será feita em casa se o beneficiário não tiver condições de deslocamento

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2

Publicado em 19/07/2024 - 07:00
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta sexta-feira (19) a parcela de julho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 2.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 682,56. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,83 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,2 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos de idade e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos de idade.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 600 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas

pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 500 mil famílias foram incluídas no programa em julho, o que representa inclusão recorde para um mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,83 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até 2 anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 371,99.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em agosto.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-2>

Voa Brasil irá beneficiar aposentados, sem limite de renda; programa será lançado nesta quarta

Depois de idas e vindas, o governo vai lançar o Voa Brasil 1ª etapa, na próxima quarta-feira. O programa permitirá a compra de passagens aéreas por até R\$ 200 por trecho e começará a funcionar para aposentados e pensionistas do **INSS**, sem limite de renda. A segunda etapa deve começar no início de 2025 e será destinada aos alunos inscritos nos programas estudantis do governo federal, não só no Pronuni, como foi cogitado inicialmente.

Terão acesso ao Voa Brasil em um primeiro momento os aposentados que estão sem viajar de avião há pelo menos 12 meses. O programa também não será restrito aos períodos de baixa temporada, mas a compra do bilhete vai depender dos assentos disponíveis nas companhias, principalmente nos voos com maior ociosidade ou com antecedência.

O primeiro passo é ter conta no site oficial do governo (Gov.Br) e conta com nível de segurança prata ou ouro. Ou seja, se for bronze, é preciso ajustar para os níveis superiores.

Os interessados terão que acessar a plataforma do programa ou os sites das companhias, onde haverá um link para o direcionamento ao programa. O próprio sistema irá informar se o comprador atende aos requisitos, se é aposentado do **INSS** e não voa há um ano. Cumprida as exigências, o pagamento é feito diretamente para a empresa.

O governo chegou a cogitar o desconto das parcelas no contracheque, mas neste momento isso não será possível para evitar burocracia, explicou o ministro.

- A essência do programa é a inclusão social. Essa é primeira etapa do programa, com olhar para os aposentados. A segunda etapa deve começar no início de 2025. Esperamos incluir milhões de brasileiros que não viajam de avião - disse o ministro ao GLOBO.

Ele explicou que a segunda etapa do programa dependerá de discussões com o Ministério da Educação e do levantamento de dados dos estudantes para identificar o público potencial.

O Voa Brasil foi proposto pelo ex-ministro de Portos e

Aeroportos, Márcio França, sem limite de público, com promessa de começar a rodar em agosto de 2023, o que não aconteceu.

Dificuldades de operacionalização, além da própria abrangência dificultavam a adoção do programa. Não há recursos públicos envolvidos, e a compra da passagem por até R\$ 200 depende da oferta das companhias.

O receio de frustrar expectativas levou o Palácio do Planalto a adiar o anúncio oficial do programa, o que foi, inclusive, desacreditado por auxiliares do presidente Lula, segundo interlocutores.

Contudo, diante do argumento de inclusão social e interesse das companhias em melhorar a ocupação dos aviões, sobretudo nos períodos de baixa temporada, o governo reformulou o programa e marcou a data do anúncio.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/19/voa-brasil-ira-beneficiar-aposentados-sem-limite-de-renda-programa-sera-lancado-nesta-quarta.ghtml>

Queda de preços das commodities afeta balança comercial do Brasil - BRASIL EM FOCO

BRASIL EM FOCO

Uma acomodação ou queda generalizada nos preços das commodities vai afetar a balança comercial brasileira neste ano, mesmo com o aumento dos volumes exportados. Sem a expectativa de mudanças bruscas no cenário econômico mundial para os próximos meses, a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) revisou as projeções para o fluxo de comércio do Brasil com o mundo este ano. Nas contas da AEB, as exportações brasileiras vão recuar dos US\$ 339,67 bilhões em 2023 para US\$ 327,68 bilhões este ano, com queda de 3,5%, enquanto as importações vão passar de US\$ 240,83 bilhões no ano passado para US\$ 250,61 bilhões em 2024. O resultado é um tombo de 22% no saldo comercial. Para a AEB, o superávit da balança comercial brasileira este ano será de US\$ 77,07 bilhões, contra US\$ 98,84 bilhões em 2023.

"Deve ser destacado que, ao contrário do verificado em 2023, quando ocorreram quedas simultâneas nas exportações e importações, porém com superávit recorde, no corrente ano de 2024 são previstas a redução das exportações, o crescimento das importações e o encolhimento do superávit comercial, este último em razão de maior impacto negativo das exportações", relata a AEB. Com relação aos preços, de 12 commodities listadas apenas quatro tiveram aumento de preços, enquanto as outras oito tiveram queda na cotação. A maior alta é prevista para o preço da celulose (26,3%), seguida do café não torrado (7%), do minério de ferro (2,5%) e do óleo combustível (0,9%).

Na outra ponta, a maior queda de preço neste ano foi registrada na soja em grão (-16,4%), seguida do farelo de soja (-15,2%) e do milho (-14,7%). Os três produtos são os carros-chefes das exportações do agro-negócio brasileiro, o que vai contribuir para a retração de 21,8% no valor das exportações de produtos agropecuários. Nas contas da AEB, as vendas de itens agrícolas e pecuários para o mundo este ano devem ficar em US\$ 63,70 bilhões, um tombo de US\$ 17,78 bilhões em relação aos US\$ 81,48 bilhões exportados pela agropecuária em 2023. Além dos preços agrícolas, o valor das carnes está em baixa. O valor

dos cortes suínos caiu 5,3% e os de frango e bovinos tiveram retração de 4,8%. Completam a lista de queda de preços o petróleo (-3,1%) e o açúcar (-0,4%).

Em termos de volumes a AEB chama a atenção para o fato apenas três (soja, milho e minério de ferro) das quatro (o que inclui petróleo) principais commodities exportadas pelo Brasil devem ter queda no volume embarcado para o mercado internacional, reduzindo ainda mais a receita total das exportações e contribuindo para um superávit menor em relação a 2023. Os volumes de exportação de minério de ferro (-1,7%), soja em grão (-11,5%) e milho (-34,9%) serão menores este ano, segundo as projeções da AEB. Esse impacto negativo deve ser compensado pelo aumento generalizado nos volumes exportados de outros produtos, mesmo com a queda de preços.

"O cenário atual mostra que, devido aos preços mais baixos, porém ainda competitivos, o Brasil torna-se mais dependente das exportações de commodities e sem perspectivas de agregar valor, pois o Brasil e suas empresas exportadoras não têm controle sobre preços e quantidade destes produtos", pontua a AEB. Para destravar o comércio internacional brasileiro e reduzir a dependência da venda de commodities para o mundo, a associação de exportadores destaca que a finalização da aprovação da **Reforma Tributária** e a Nova Política Industrial trazem perspectivas de redução de custos que tornem os produtos da indústria de transformação brasileiros competitivos. São esses produtos, de maior valor agregado, que podem reduzir a dependência da balança comercial brasileira das commodities.

FUNDOS

R\$ 49,4 bilhões

Foi o valor da captação líquida positiva dos fundos de investimentos entre 8 e 12 de julho, segundo balanço da Anbima. No mês, a estimativa é de saldo positivo de R\$ 67,2 bilhões.

ASSESSORANDO

Com a perspectiva de fechar o ano com 30 unidades,

a iFinance projeta faturar R\$ 2 milhões no primeiro ano de prestação de serviços de BPO financeiro para microe pequenos negócios. Com base na terceirização de processo de negócios, a pequena empresa tem acesso a planejamento, gestão, contabilidade e consultoria. A falta de gestão financeira é a principal causa para o fechamento de 29% dos pequenos negócios após cinco anos.

SUSTENTABILIDADE

Levantamento feito pelo Sebrae mostra que os microempreendedores individuais (MEI) estão mais atentos às questões relacionadas à sustentabilidade ambiental. A pesquisa mostra que a medida mais praticada pelos MEI é o controle do consumo de energia (75% dos entrevistados), seguida pelo controle do consumo de água (67% dos empreendedores) e separação de lixo para coleta seletiva, cuja adesão saltou de 52% (2022) para 64% este ano.

Site: <https://digital.em.com.br>

Ajuste fino na reforma tributária - ENTRE ASPAS

O Ministério da Fazenda argumentou, em nota, que a regulamentação da **reforma tributária**, aprovada na Câmara dos Deputados, seria positiva para o setor imobiliário.

O custo de um imóvel popular de R\$ 200 mil cairia cerca de 3,5% e o de um imóvel de alto padrão de R\$ 2 milhões se elevaria em cerca de 3,5%. Seria "quase certo" que a recuperação de créditos sobre os insumos traria um ganho de produtividade, possibilitando uma redução de preços dos imóveis.

Ledo engano.

Diferentemente do que sustenta o governo, a regulamentação da **reforma tributária** elevará a carga da construção e, em consequência, os preços dos imóveis.

Segundo estudos das consultorias FM/Derraik e Tendências para a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), mesmo com a redução da alíquota geral do IVA em 40%, aprovada para este setor, a carga tributária para imóveis de R\$ 240 mil dentro do programa Minha Casa aumentará em 15,4%.

Imóveis de R\$ 500 mil terão aumento de 30,7% da carga tributária.

Imóveis de R\$ 2 milhões, elevação de 51,7%.

A esperada compensação de uma redução de carga no programa Minha Casa pelo aumento da tributação nos segmentos de médio e alto padrões não surtirá o efeito desejado: o MCMV corresponde a apenas 15% do mercado imobiliário, em valores de venda. Ou seja, ao ponderar as novas alíquotas pela efetiva produção, haverá um incremento de três pontos percentuais na alíquota média do setor: isso corresponde a um aumento de carga tributária de 40%.

Quem acabará penalizado com esse aumento de custos serão as famílias que desejem comprar a casa própria. Isso somente será evitado com a manutenção da carga tributária da construção, aplicando-se um redutor de 60% sobre a alíquota geral do IVA para o setor, garantindo assim para mais famílias o direito constitucional a uma moradia digna.

"Redução de 60% na alíquota do IVA garantirá moradia digna a mais famílias"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado tem o dever de impedir aumento da carga tributária (Editorial)

O projeto de regulamentação da **reforma tributária** (Projeto de Lei Complementar 68/2024) aprovado pela Câmara dos Deputados, e em exame pelo Senado, não amarrou bem um ponto fundamental das mudanças - a de que não resultariam em carga de **impostos** superior a 26,5%. Os deputados criaram para isso uma trava frouxa, dando ao Executivo a incumbência de enviar um projeto de lei para fazer as adequações necessárias se a carga total se desviasse do objetivo, em 2031. O dispositivo não estabelece que os **impostos** serão reduzidos se subirem acima dos 26,5%, apenas que o Congresso examinará esse assunto em 7 anos.

Houve uma corrida esperada de lobbies e setores em busca de vantagens especiais nas votações da regulamentação. Várias delas foram aprovadas, piorando o projeto, ainda que nem de longe desfigurando a mais importante mudança nos **tributos** desde a ditadura militar e uma transformação quase tão fundamental para a economia como foi a derrota da **inflação** pelo Plano Real. As principais modificações foram a inclusão de carnes, queijos, sal e farinhas na cesta básica, isenta de **impostos**, a migração da maior parte dos medicamentos para zero ou a faixa de desconto de 60% e a ampliação do cashback para 100% nas contas de luz, água, gás e esgoto.

Os cálculos sobre o quanto elas adicionarão à alíquota de referência do IVA dual não estão concluídos, mas é praticamente certo que ultrapassarão 27%, colocando o Brasil numa ingrata liderança, como o país que mais cobra **tributos** sobre consumo do mundo. Um dos motivos é que nas mudanças feitas na votação nenhum dos setores econômicos piorou em relação ao projeto original, e vários deles melhoraram de posição, tomando a conta final, a ser repartida por todos, mais alta e desigual.

Caberá ao Senado corrigir distorções. Os senadores conhecem a posição do governo que, a esta altura, se empenhará em fechar os espaços abertos para aumento da carga deixados por uma trava incerta e frouxa. O principal formulador da reforma, Bernard Appy, secretário para o assunto no Ministério da Fazenda, tem a avaliação correta. A aprovação de uma trava indica uma preocupação legítima, trata-se agora de aprimorá-la. A ideia é tentar definir no Senado que medidas seriam tomadas para reverter

eventuais desvios da tributação.

Com a definição aprovada sobre o que fazer em tais casos, e opções para reequilibrar o IVA, consumidores e empresas não precisariam esperar a aprovação duvidosa de um texto pelo Congresso em 2031. A especificação dos procedimentos funcionaria na prática como um gatilho, a ser acionado a todo momento necessário, sem a necessidade de aguardar-se revisões quinquenais, a partir do momento, porém, em que a reforma estivesse plenamente em vigor, passaria a fase de transição, em 2033. A fase de adaptação começa em 2026, com IVA de 1%, segue em 2027 com a extinção dos **tributos** federais PIS-Cofins e entrada em cena da Contribuição sobre Bens e Serviços, até 2033, quando todos os **tributos** do velho sistema darão lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços e ao CBS, que compõem o IVA dual.

Os deputados atenderam a pleitos de grupos sem preocupação de avaliar o efeito do que foi aprovado no resultado final. Como a transição é longa, aprovaram tudo que julgaram conveniente, para um acerto de contas na próxima década, quando passariam a examinar um projeto de readequação que pode ou não ser aprovado.

Com exceção da trava, o governo não parece decidido a brigar por muito mais coisas no Senado. Os senadores em tese poderiam reverter a inclusão das carnes na cesta básica e voltar ao cashback, mais justo e menos regressivo. No entanto, a oposição e o próprio presidente Lula defenderam a inclusão, o que a torna politicamente quase irreversível. Mas ainda é possível melhorar o que saiu das mãos dos deputados. É o caso da introdução das armas no capítulo do Imposto Seletivo. Ficaram fora e serão agraciadas com uma redução de **tributos** a 26,5%, menos da metade do que pagam hoje.

Da mesma forma, há detalhes nas cerca de 600 páginas da regulamentação onde se escondem armadilhas. Não bastasse a manutenção de privilégios tributários até 2073, pelos quais o país renuncia a R\$ 25 bilhões de receitas por ano, deputados incluíram abatimento de dois terços do IBS para os fabricantes de bens de informática no âmbito de um terceiro crédito presumido (renúncia fiscal) e não previsto para bens industriais (O Estado de S. Paulo, ontem). Cabe aos senadores a complexa tarefa de revisão minuciosa

de todo o texto aprovado para eliminar adendos de última hora que trazem vantagens indevidas a segmentos específicos.

Na reta final da reforma, é essencial que o Congresso delimite da forma mais precisa possível os mecanismos da barreira que impeça a elevação do montante de **tributos** acima de 26,5% e evite que o Brasil suba ao pódio como campeão mundial de **impostos** sobre o consumo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187932?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187932?page=1§ion=1)**

Um tema fora do radar na reforma tributária

- OPINIÃO JURÍDICA

Giuseppe Pecorari Melotti e Bruno Toledo Checchia são advogados, sócios da área tributária do Bichara Advogados

Com a aprovação da Emenda Constitucional 132/23, que implementou a **reforma tributária** no final de 2023, a Câmara dos Deputados deu início à sua regulamentação por meio de projetos de lei complementar. O governo encaminhou dois projetos sobre o tema: o PLP 68/24, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo e o PLP 108/24, que institui o Comitê Gestor do IBS e dispõe sobre o processo administrativo tributário, disciplina a distribuição, entre os entes federativos, da arrecadação do IBS, trata das infrações e penalidades, dentre outros temas. Nem todos os assuntos da reforma foram tratados nesses projetos, e ainda são esperadas normas adicionais no futuro.

O PLP 68/24 é foco de maior atenção dos parlamentares, da mídia e dos contribuintes, já que traz as disposições mais relevantes e temas mais polêmicos, como regimes especiais de tributação, a composição da cesta básica, os bens e serviços que estarão sujeitos ao Imposto Seletivo, as regras da Zona Franca de Manaus etc. Esse projeto foi votado pela Câmara dos Deputados no início de julho e aguarda envio ao Senado Federal. O senador Eduardo Braga (MDB-AM) será o relator naquela Casa e já prometeu mudanças adicionais ao texto.

Já o PLP 108/24 tem tido menos destaque na mídia. A proposta traz matérias mais afetas aos interesses dos Estados e municípios, especialmente por dispor sobre regras de composição e funcionamento do Comitê Gestor do IBS - o ente supranacional que coordenará a fiscalização e distribuição das receitas do novo tributo. Além disso, o projeto regulamenta o processo administrativo fiscal dos novos **tributos** e a devolução dos créditos acumulados do ICMS.

Apesar do menor destaque, tem havido debate em relação às regras do processo administrativo, em especial sobre a exclusão dos contribuintes da composição das instâncias superiores do Comitê Gestor. Esse ponto foi revisto na nova proposta apresentada pelo grupo de trabalho que analisa o PLP e os contribuintes passaram a compor o órgão na última versão do projeto. No entanto, pouco se tem

discutido em relação ao tema dos créditos acumulados do ICMS.

O tema, apesar de sua enorme importância, vem passando quase despercebido. E isso preocupa, já que o projeto foi originalmente gerido no âmbito do Comsefaz, que congrega representantes das secretarias de fazenda estaduais e, por isso, atende aos seus interesses, e não dos contribuintes.

Isso fica claro, por exemplo, na regra que impedia o aproveitamento de créditos de ICMS quando o contribuinte tivesse outros débitos estaduais -ainda que não relacionados ao IBS ou ao ICMS. A primeira versão do projeto autorizava somente a compensação dos créditos de ICMS com o IBS. Ou seja, caso o contribuinte tivesse enorme crédito de ICMS a receber, ficaria impossibilitado de utilizar esses valores caso tivesse, por exemplo, débitos de IPVA ou de outro tributo estadual, ainda que em valor inferior àquele que lhe fosse devido.

Ou seja, de um lado, o PLP vedava o uso do crédito remanescente de ICMS com qualquer outro tributo que não o IBS e, de outro, vedava o ressarcimento quando houver débito de outro tributo estadual que não o IBS. Um completo contrassenso. Os alertas de alguns contribuintes surtiram efeito e esse ponto também foi revisto pelos deputados. A nova versão do projeto restringe o aproveitamento de créditos apenas se houver débitos de ICMS ou de IBS, mas não de outros **tributos**.

Outra "maldade" que constava do projeto original, era a previsão de prazo bastante extenso para que os Fiscos estaduais apreciem os pedidos de homologação de créditos-dois anos. É certo que o PLP previa uma regra de homologação tácita caso o prazo fosse descumprido, porém também se estabelecia que os contribuintes somente poderiam transferir créditos que decorram da homologação tácita a terceiros a partir de 2038!

O Grupo de Trabalho reduziu o prazo de análise para um ano, mas não mudou a regra de uso dos créditos a partir de 2038. Com isso, o PLP privilegia a inércia estatal na análise dos pedidos de homologação, atrasando, em cinco anos, o direito do contribuinte transferir seus créditos. Ou seja, o efeito perverso dessa regra será o de desincentivar os Estados na

análise dos pedidos de homologação de créditos, o que adiará, por cinco anos, o direito de sua negociação pelos contribuintes.

É certo que o PLP traz avanços ao preverá possibilidade da cessão de créditos de ICMS a terceiros - ainda que, ao fazê-lo, apenas acate a determinação constitucional estabelecida na Constituição. No entanto, incorre em erro ao estabelecer que as regras da cessão devem observar as normas estaduais.

O grande problema é que nem todas as legislações do ICMS possibilitam a cessão desses créditos e, na ausência de lei local, a regra do PLP 108/24 seria letra morta. É essencial a criação de obrigação dos Estados e municípios para que regulamentem, no âmbito das legislações estaduais, a cessão de créditos de ICMS, antes do início da vigência do novo sistema e da exigibilidade do IBS.

Surpreende que tais temas estejam sendo pouco debatidos e ofuscados pelas controvérsias do PLP 68/24, igualmente importantes. O lado positivo é que o segundo projeto deverá ser votado na Câmara apenas no próximo semestre, havendo algum tempo para debate e aprimoramento, sem a urgência com a qual foi conduzido o projeto de lei do IBS/CBS.

No entanto, é urgente que esse projeto seja mais discutido e que seus impactos fiquem claros para os contribuintes. Devemos manter a vigilância para que nossos congressistas aprovelem uma regulamentação da **reforma tributária** que garanta o direito dos contribuintes, e que seja verdadeiramente justa e eficiente.

Giuseppe Pecorari Melotti e Bruno Toledo Checchia são advogados, sócios da área tributária do Bichara Advogados

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187932>

Exportações devem ficar aquém do esperado em 2024

RODRIGO MOINHOS

As exportações brasileiras devem somar US\$ 327,6 bilhões em 2024. O montante é 3,5% inferior às projeções iniciais da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). A revisão das estimativas foi puxada pela queda nos preços das commodities, como o minério de ferro, principal item da pauta de Minas Gerais. Além disso, a entrada de veículos elétricos no País deve derrubar o superávit da balança comercial.

Por outro lado, a estimativa de importações foi revisada para cima, passando de US\$ 240,8 bilhões para US\$ 250,6 bilhões, alta de 4%. Com isso, o superávit da balança comercial deverá atingir US\$ 77 bilhões, resultado 22% menor que o recorde de US\$ 98,8 bilhões registrado em 2023.

A maioria das commodities exportadas pelo Brasil sinaliza queda de preços em 2024, cenário diretamente responsável pela redução nas exportações totais do Brasil e para a consequente redução projetada para o superávit comercial. Segundo o presidente executivo da entidade, José Augusto de Castro, na pauta de importação a questão mais inesperada foi o maior volume de automóveis elétricos que chegaram ao mercado nacional.

"O cenário não estava previsto por nenhum analista e, simplesmente, a partir do segundo trimestre deste ano, começou a crescer muito o volume de importação dos veículos elétricos, que impactou na balança comercial. Estamos saindo de um volume de importação inicial na faixa de US\$ 3 bilhões para US\$ 10 bilhões. Com isso, o superávit comercial ficou menor que o do ano passado, que havia sido recorde", avaliou o presidente da AEB.

Outro fator apontado pelo dirigente foi a queda na produção de soja, perdendo a liderança no comércio exterior brasileiro, por conta do preço e da quantidade. "O petróleo subiu, um pequeno percentual, mas também registrou alta. O milho sofreu queda de 20 milhões de toneladas na produção, o que impacta, juntamente com minério de ferro e soja, na balança comercial de Minas Gerais", avaliou ele.

Para 2024, as exportações de soja em grão, petróleo bruto e minério de ferro são projetadas em US\$ 120,8 bilhões, correspondendo à participação acumulada

estimada em 36,9% das exportações totais do Brasil, levemente inferior aos 37,2% apurados em 2023.

Segundo Castro, o futuro do comércio exterior brasileiro continua dependendo da realização de reformas estruturais, com destaque para a **reforma tributária**, e iniciativas para a redução do custo Brasil. "Sem o avanço destas ações, o Brasil continuará sendo um grande exportador de commodities. E a ausência de concretização dessas reformas é diretamente responsável pelas exportações de commodities serem destaque na pauta de exportação nacional, ao contrário dos produtos manufaturados, que permanecem com reduzida participação", avaliou.

Dependência - Com isso, o cenário atual mostra que, devido aos preços mais baixos, porém ainda competitivos, o Brasil torna-se mais dependente das exportações de commodities e sem perspectivas de agregar valor ao seu produto, pois o Brasil e suas empresas exportadoras não têm controle sobre preços e quantidade demandada destes produtos.

"Assim o Brasil permanece na dependência da decisão das empresas importadoras e de seus países, que em geral são desenvolvidos e fazem valer sua larga tradição em negociações internacionais", apontou Castro

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Reforma tributária: Estamos em um período de proliferação de jabutis , diz Mendonça de Barros

ESPECIAL PARA O ESTADÃO - Considerada como único projeto transformador em discussão no País, a **reforma tributária** deve trazer ganhos às empresas como redução de custos e aumento de produtividade, o que ajudará no crescimento da economia brasileira no longo prazo, avalia o economista e sócio da consultoria MB Associados, José Roberto Mendonça de Barros .

Sua preocupação, no momento, é com a votação no Senado , onde ele teme a inclusão de mais jabutis, seria lamentável, mas estamos num período em que há proliferação de jabutis em todas as áreas , diz. Em sua opinião, o papel dos senadores seria apenas o de, se necessário, aprimorar o texto. A seguir, os principais trechos da entrevista ao Estadão .

Vejo como essencialmente positivo, cumpriu a primeira parte que foi passar pela Câmara e ainda tem um longo caminho pelo Senado. Acho que o conjunto da reforma é favorável. Às vezes analistas e críticos ficam se apegando a uma questão específica e acabam perdendo a visão de conjunto. Focar demais num determinado ponto pode obscurecer a importância dos ganhos que o País vai ter. Ela é o único projeto transformador que está sendo colocado neste momento. Obviamente não resolve a questão fiscal, mas ajuda a encaminhar melhores condições para o crescimento, para melhorar a eficiência. O valor disso é inestimável num país que precisa aumentar a produtividade.

O primeiro, evidentemente, é a redução da complexidade ao juntar vários **tributos** em um só, alguns dos quais são objetos de enormes contenciosos judiciais. Se a regulação for bem feita, a redução de complexidade permitirá um ganho enorme para as empresas e reduzirá especialmente o custo de compliance. O princípio geral do valor adicional, do imposto não cumulativo e do destino final também ajuda a melhorar a questão da tributação indevida na exportação. O segundo é a redução das distorções alocativas em razão de incentivos fiscais. Uma das piores coisas do sistema produtivo brasileiro é ter empresas com estruturas que só existem por causa de incentivo fiscal. Por exemplo, vejo como grande distorção as empresas importarem produtos via Santa

Catarina , colocar em um caminhão e trazer para São Paulo porque tem vantagem de ICMS. É um Estado desenvolvido, com indústria importante e não precisa disso. Sem o incentivo fiscal, muitas empresas vão refazer seus sistemas logísticos. O terceiro é a ideia do split payment (sistema automático que permitirá a quitação e distribuição automática dos **impostos** entre União, Estados e municípios). Vai acabar o acúmulo de créditos, que gera enorme ineficiência. Hoje o crédito retido leva meses ou anos para ser devolvido e atrapalha o capital de giro das empresas. O quarto é que a mudança não será rápida, mas por etapas, começando com uma fase experimental, pois se for rápido demais o sistema pode travar. O último ponto, na verdade, é uma esperança de que a redação final dê menos margem para a judicialização.

O que é negativo é o volume de exceções, algumas casuístas introduzidas de última hora por setores pouco importantes. Elas não alteram a visão geral da reforma, mas deixam a percepção de que esses processos, no Congresso, estão muito sujeitos à força de lobbies específicos. Por exemplo, a proposta de desonerar a produção de sêmens, embriões e matrizes de animais. É algo muito pontual e não faz sentido estar na reforma. Outra coisa negativa é tirar armas e munições da lista do imposto seletivo . No meu entender, se há algo que precisa ser mais tributável, pois de algum jeito faz mal à sociedade, é arma. Claro que não é a opinião da bancada da bala. Outra coisa que ficou inconsistente é a inclusão de veículos elétricos no imposto seletivo porque, na verdade, acaba sendo um protecionismo e, aparentemente, é para matar o veículo elétrico. Agora fumos, bebidas alcoólicas, açucarados e jogos fazem sentido.

Tem discussões técnicas, por exemplo, na forma de tributar os imóveis. O compromisso era manter a carga tributária média e o sistema que saiu, aparentemente, reduz a carga tributária para imóveis baratos e aumenta um pouco para os mais caros, e isso está gerando controvérsias. Evidentemente os incorporadores que se especializaram nos imóveis mais caros estão dizendo que a carga vai aumentar, mas aí é uma questão de entendimento. O Ministério da Fazenda argumenta que a média não aumenta,

mas na distribuição dessa média algumas cargas caem e outras aumentam. É preciso desenvolver uma metodologia que todo mundo ache razoável, pois é legítimo cada segmento defender o seu caso e, de fato, quem trabalha com imóveis de alto padrão tem um produto diferente daquele que trabalha com o Minha Casa Minha Vida, ou algo desse tipo.

Não tenho dados ou simulações para responder a essa questão, mas tenho impressão de que sim. O setor de carne, por exemplo, não é tão grande e é cada vez mais exportador e exportar não paga imposto. Aparentemente cabe (essa mudança), mas é para isso que vai ter dois anos para rodar o sistema de forma experimental, para ver como vai funcionar. O problema é que a alíquota ficou cheia e minha preocupação é o Senado piorar mais. Tenho receio de que, no Senado, haja uma alcaeteia de lobbies, cada um tentando arrancar um pedacinho para si. Se ocorrer isso, aí sim pode ficar ruim, o que seria lamentável.

Eu acho que a questão da Zona Franca não deveria estar na reforma. O projeto da ZF ficou maduro, mas não produz nada adicional e relevante da região amazônica. O que teria de ter sido feito com o pessoal da região é ver o que tem de novo e positivo em termos de descarbonização, economia verde e pensar em um projeto que, ao longo do tempo, ajudasse a região a se desenvolver. Do jeito que está hoje, não traz maior desenvolvimento para a Amazônia. Ao contrário, o que cresce em larga medida é o dinheiro ilegal, como o do garimpo. Há uma oportunidade fenomenal ligada ao meio ambiente, à preservação, ter um projeto economicamente factível de descarbonização, de bioeconomia. Isso me parece ser de interesse da região e puxaria o crescimento, e não tentar manter uma estrutura que já era ruim há 50 anos quando começou a Zona Franca. A região está estagnada. Ela tem o que sempre teve de importante, que é a Vale/Carajás, as fábricas de duas rodas (motocicletas), mas não vai para frente. E o que a **reforma tributária** faz é manter a ideia muito bravamente defendida pela política local de que a Zona Franca tem de continuar como é. E isso não vai adicionar nada de especial à região. A Zona Franca é um negócio que não tem mais sentido econômico. O Centro Oeste, ao inverso, é o último que entrou nas estruturas regionais e é onde está hoje o maior crescimento do **PIB**, do valor adicionado, da renda per capita.

Quero crer que seja mantido o que já está aprovado, mas tem de ficar muito esperto porque haverá tentativa de lobbies e vai depender do encaminhamento da liderança do governo. Espero que o Senado vote mais ou menos do jeito que está ou que o aprimore, porque sempre pode aprimorar. Mas meu

receio é que comece a entrar mais jabutis, pois estamos num período em que há proliferação de jabutis em todas as áreas.

Acho que sim. Vai demorar certo tempo, mas o corte de custos que as empresas terão nos departamentos de compliance com a regra fiscal, e nos departamentos jurídicos com a redução de contenciosos jurídicos vai tirar um peso enorme das despesas. Isso vai aliviar o capital de giro, vai melhorar os resultados e haverá mais recursos para investimentos e ganho de produtividade.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/reforma-tributaria-estamos-em-um-periodo-de-proliferao-de-jabutis-diz-mendonca-de-barros,fbdf568901d9200fff322d95bd36ba4dmn6insns.html>

Trump fala pela 1º vez após tiros e promete acabar com inflação

Roberto Lameirinhas De São Paulo

Em seu primeiro discurso desde que escapou de um atentado a tiros no sábado, o ex-presidente dos EUA Donald Trump encerrou ontem os quatro dias de Convenção Nacional Republicana aceitando a indicação como candidato à Presidência na eleição de 5 de novembro e prometendo "uma nova era de segurança, prosperidade e liberdade para todos os cidadãos americanos". Ele falou por uma hora e meia.

Ele citou seu virtual adversário, o presidente Joe Biden, apenas uma vez - ao qualificá-lo como o "piores presidente das últimas décadas" - e criticou os democratas por, na visão dele, "usar o sistema de Justiça como arma política".

"A **inflação** deixou o trabalhador americano desamparado e a população desesperada. Vamos consertar isso e não vamos permitir que isso aconteça de novo", declarou, depois de um começo de discurso - no qual citou dados e números de difícil comprovação imediata, segundo jornais do país.

"Eu quero dizer que pretendo unir o país, mas para isso é preciso que os democratas parem de usar o sistema de Justiça como arma", disse, referindo-se aos processos que enfrenta. "É preciso que parem de me acusar falsamente."

"Deixe-me esta noite expressar minha gratidão ao povo americano por sua demonstração de amor e apoio após a tentativa de assassinato em meu comício no sábado", afirmou o ex-presidente - que entrou no palco com o curativo na orelha atingida pelo tiro e levando um manequim com o uniforme e o capacete do bombeiro da Pensilvânia Corey Comperatore, de 50 anos, que estava na platéia e morreu no atentado ao tentar proteger as filhas.

"Vou dizer o que aconteceu e nunca mais tocarei nisso", disse ao começar a descrever o atentado. "Se eu não tivesse virado um pouco a cabeça, não estaria aqui hoje."

O último dia do encontro conservador consolidou a conversão do Partido Republicano histórico em um movimento totalmente dominado pelo trumpismo, com sua agenda de protecionismo econômico, isolacionismo, antiimigração e de valores ligados ao

fundamentalismo evangélico.

Trump subiu ao palco da convenção depois de discursos figuras populares ligados ao seu movimento Maga - "Make America Great Again", ou, em tradução livre, "Faça os EUA grandes outra vez" -, como o lutador de luta livre e ator Hulk Hogan e o proprietário da marca UFC, Dana White.

"Sob nossa liderança os EUA serão outra vez respeitados. No atual governo estamos em declínio, com o salário dos americanos afetados pela **inflação** e pela imigração ilegal", declarou. "Prometo que vamos acabar com essa crise inflacionária, com a crise da energia. Vamos reduzir **impostos**", discursou. "Vou acabar com a crise da imigração fechando as fronteiras. Vamos construir o muro [com o México] para acabar com a invasão", disse. "Somos um depósito de criminosos do mundo todo. Acham que somos idiotas", afirmou. "Vou dizer por que o crime caiu na Venezuela ou em El Salvador: mandaram seus criminosos para os EUA", afirmou. "Vamos acabar com isso."

"Vamos acabar com essas leis ridículas de obrigações ambientais. E, na primeira medida, vou acabar com essa coisa ridícula de carros elétricos. A China está aqui ao lado, no México, para inundar nosso mercado com esses carros. Vamos colocar uma tarifa para isso: uns 200%", afirmou Trump.

Ele também se gabou de sua política externa, dizendo que conteve ações da Rússia, Coréia do Norte e do Talibã, no Afeganistão. "Posso parar uma guerra com um telefonema", afirmou.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187932?page=1§ion=1>

Previsão de PIB fica em 2,5% este ano

» **RAPHAEL PATI**

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda manteve a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) - conjunto de bens e serviços produzidos no país - em 2,5% este ano. Até a última quarta-feira, a expectativa era de que a equipe econômica revisasse para cima a projeção de crescimento, com a contribuição de resultados positivos do setor de serviços e comércio, mas o Boletim Macrofiscal, divulgado ontem, não trouxe alterações.

De acordo com a SPE, a piora nas expectativas para a agropecuária foi um dos fatores decisivos para a manutenção da previsão atual. Neste último boletim, a variação esperada para o **PIB** agropecuário recuou de -1,4% para -2,5%. O cenário é reflexo da queda das estimativas para a safra de soja, milho e trigo em 2024, além dos impactos causados pela tragédia ocorrida em maio no Rio Grande do Sul, que afetou diversas lavouras.

As chuvas intensas no Sul são, também, um dos fatores que reforçam uma desaceleração da atividade econômica no segundo trimestre do ano. O MF projeta uma queda moderada de 0,6%.

"A calamidade no RS em maio explica parcialmente a desaceleração no crescimento no trimestre, afetando principalmente as estimativas de expansão da agropecuária e da indústria de transformação", pontua a secretaria.

Apesar disso, a projeção do **PIB** segue estável desde maio. Nesta última publicação, a SPE revisou o crescimento da indústria, de 2,4% para 2,6%, e dos serviços, de 2,7% para 2,8%. Outros pontos positivos levantados pela equipe econômica foram o avanço da massa de rendimentos e as condições menos restritivas de crédito, além do nível menor de desemprego.

Mesmo com a manutenção da expectativa para o **PIB**, a equipe econômica revisou a projeção para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2024.

A nova previsão indica uma **inflação** de 3,9%, ante 3,7% do último boletim. Segundo a SPE, a estimativa já leva em conta os impactos causados pela alta no preço do dólar, além da calamidade causada pelas chuvas no sul. Para o ano que vem, a secretaria prevê uma **inflação** de 3,3%.

Sobre a desancoragem do câmbio, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, considerou que não é preciso **temer** uma alta ainda maior do dólar no mercado brasileiro e que nos próximos meses, a moeda norte-americana deve voltar ao mesmo patamar observado em abril deste ano. Na época, a moeda era vendida a preços entre R\$ 5,10 e R\$ 5,20. Atualmente, a cotação do dólar comercial ante o real está em R\$ 5,55.

Em relação à resposta negativa do mercado sobre a condução da política fiscal do governo Lula, Mello entende que as oscilações se baseiam apenas em "interpretações".

"Eu acredito que a gente trabalha, no Ministério da Fazenda, em entregar dados, fatos, decisões e ações concretas.

Como elas vão ser interpretadas, obviamente é importante, mas não é algo necessariamente que está sob o controle, seja da autoridade monetária, seja da autoridade fiscal e econômica", disse o secretário durante coletiva na tarde de ontem.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, revelou que pediu "parcimônia" à SPE para alterar, ou não, a previsão atual para a atividade econômica deste ano. O chefe da pasta ainda reforçou que é preciso agir com "bastante cuidado" antes de alterar a estimativa.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6197/18-07-2024.html?all=1>

Governo congela R\$ 15 bilhões para cumprir déficit zero

Brasília - Após reunião no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem que o governo federal fará contenção de R\$ 15 bilhões no Orçamento de 2024 para cumprir as regras do arcabouço fiscal e preservar a meta de déficit zero das despesas públicas prevista para o fim do ano. Desse total, segundo o ministro, R\$ 11,2 bilhões serão de bloqueio e outros R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento. "A Receita fez um grande apanhado do que aconteceu nesses seis meses [na arrecadação]. O mesmo aconteceu com o Planejamento, no que diz respeito às despesas. E nós vamos ter que fazer uma contenção de R\$ 15 bilhões, para manter o ritmo do cumprimento do arcabouço fiscal, até o final do ano, consistindo em R\$ 11,2 bilhões de bloqueio, em virtude do excesso de dispêndio acima dos 2,5% [de crescimento acima da **inflação**] previstos no arcabouço fiscal. E de R 3,8 bilhões de contingenciamento, em virtude da Receita, particularmente em função do fato de que ainda não foram resolvidos os problemas pendentes [reoneração da folha de pagamento das empresas] junto ao Supremo Tribunal Federal, ao Senado Federal", explicou o ministro, em declaração à imprensa.

Ele estava acompanhado das ministras Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos) e do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa. A decisão foi tomada após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os detalhes sobre os cortes serão informados na apresentação do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, na próxima segunda-feira, como a queda na projeção de receitas e os aumentos de despesas. Tanto o contingenciamento como o bloqueio representam cortes temporários de gastos. O novo arcabouço fiscal, no entanto, estabeleceu motivações diferentes. O bloqueio ocorre quando os gastos do governo crescem mais que o limite de 70% do crescimento da receita acima da **inflação**. O contingenciamento ocorre quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública).

No caso do contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões, segundo Fernando Haddad, há maior possibilidade de que possa ser revisto, caso as negociações com o Senado para a reo-neração da folha de pagamento de empresas de 17 setores da economia avancem, com a

aprovação da medida pelos parlamentares, em acordo com o governo. Já a meta fiscal estabelecida para este ano, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é de déficit zero, com uma banda de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Essa projeção segue mantida, garantiu o ministro.

Haddad afirmou que, para "evitar especulação", o governo decidiu informar o tamanho do corte ontem, enquanto o relatório é elaborado para ser divulgado na segunda-feira. Projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI) - órgão do Senado que acompanha a execução das contas públicas - indicam que o governo precisaria fazer um esforço fiscal de R\$ 57,7 bilhões para cumprir a meta de zerar o déficit público em 2024, ou seja, os R\$ 15 bilhões não serão suficientes. Haddad se limitou a dizer que o déficit estará dentro da banda (intervalo) previsto no arcabouço que é de até 0,25% do **PIB**, o que daria cerca de R\$ 28 bilhões.

A responsabilidade fiscal do governo federal é um tema que vem sendo debatido na política e no mercado. Lula já deu declarações que puseram em dúvida se ele está mesmo empenhado em seguir o arcabouço fiscal e a buscar um déficit zero neste ano, como prevê o Orçamento. O déficit zero significa despesas e receitas empatadas. A ministra Simone Tebet disse que foi fácil convencer Lula do tamanho do tamanho do corte no Orçamento. Em entrevista ao programa "Bom dia, ministra, do CanalGov, ela disse: "É uma ginástica e é uma ginástica um pouco difícil, porque é uma conta matemática que parece ser simples, mas não é. É uma equação onde receita menos despesa tem que dar igual a zero". A proposta orçamentária para 2025 será enviada pelo Executivo ao Congresso até 31 de agosto.

Site: <https://digital.em.com.br>

Fazenda aumenta projeção da inflação

Brasília - O Ministério da Fazenda revisou para cima a projeção da **inflação** para este ano e o próximo. O relatório anterior estimava um Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,7% em 2024 e 3,2% em 2025. Agora, a estimativa é de 3,9% neste ano e 3,3% no próximo. Apesar do aumento, a projeção ainda está dentro da meta do governo federal, que é de 3% com uma margem de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

"A projeção para o IPCA em 2024 subiu como reflexo da calamidade no Rio Grande do Sul (RS), que vem impactando de maneira mais intensa os preços de alimentos", explicou o documento. "A alta nas expectativas para a **inflação** de 2024 e 2025 é explicada também pela perspectiva de real mais depreciado nesses anos", continuou. "Desde meados de abril, após mudanças nas perspectivas quanto ao início do ciclo de cortes de juros nos Estados Unidos, a cotação do dólar subiu de maneira expressiva nas principais economias da América Latina, assim como verificado no Brasil", disse. "A depreciação acentuada do câmbio tem pressionado a **inflação** corrente e comprometido as expectativas quanto à continuidade da desinflação nessas economias", acrescenta.

Outro ponto destacado no documento é "o aumento nos custos de frete e a intensificação da polarização política em diversos países". Essa polarização aconteceu, entre outros, "nas eleições parlamentares da União Euro-peia e França e se manifesta com grande intensidade na eleição presidencial dos EUA", lista o boletim. "Nos EUA, em particular, a perspectiva de um novo governo republicano tende a pressionar os juros longos podendo, eventualmente, impactar o ciclo de flexibilização monetária", acrescentou. "Esse quadro de polarização eleva incertezas e a aversão ao risco de investidores, contribuindo para aumentar a volatilidade cambial, sobretudo em países emergentes, com impacto na **inflação**", explicou.

O boletim manteve a previsão do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2024 em 2,5%. Para 2025, a pasta estima agora um avanço de 2,6%, ante 2,8% no boletim divulgado em março deste ano. Elas estão no Boletim Macrofiscal publicado nesta quinta-feira (18) pela pasta. "O resultado observado para o **PIB** do primeiro trimestre de 2024 surpreendeu positivamente, mas esse efeito foi parcialmente compensado pelos impactos negativos estimados para calamidade do RS na atividade", explicou o boletim.

Site: <https://digital.em.com.br>

Sob pressão para atingir meta fiscal, Haddad anuncia contenção de R\$ 15 bi

I CAIO SPECHOTO, FERNANDA TRISOTTO e SOFIA AGUIAR/BRASÍLIA e ANTONIO PEREZ, LUIS LEAL, DANIEL TOZZI e GABRIELA JUCÁ/SÃO PAULO

No dia em que o dólar subiu 1,9%, puxado, entre outros fatores, por dúvidas sobre o quadro fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se antecipou e anunciou ontem o congelamento de R\$ 15 bilhões em despesas para tentar atingir as metas do arcabouço neste ano.

Desse valor, serão R\$ 11,2 bilhões de bloqueio (pelo aumento de despesas obrigatórias) e R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento (por causa da frustração de receitas em função de pendências no Supremo Tribunal Federal e no Senado).

Neste último caso, está a decisão sobre a compensação da desoneração da folha de pagamentos de empresas, que ficou para setembro.

Para este ano, a meta é de déficit zero, com margem de tolerância para mais ou para menos de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O valor anunciado pelo governo, porém, ainda ficaria aquém do necessário para atingir essa meta, de acordo com economistas de mercado ouvidos em pesquisa do Projeções Broadcast. Pela mediana das estimativas, o governo teria de fazer um ajuste de pelo menos R\$ 26,4 bilhões para fechar com déficit de 0,25% (mais informações na pág. B2).

"Tomamos a decisão de já incorporar uma eventual perda em função desse adiamento (na discussão sobre a desoneração da folha) para contemplar o arcabouço fiscal dentro da banda prevista na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)", afirmou o ministro.

No contingenciamento, o governo congela despesas quando há frustração de receitas, a fim de cumprir a meta fiscal (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida).

Já o bloqueio é realizado para cumprir o limite de despesas do arcabouço fiscal. Assim, quando há aumento de gastos obrigatórios (como aposentarias, por exemplo), o governo bloqueia despesas não obrigatórias (como custeio e investimentos) para compensar.

O atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido marcado por declarações contraditórias em relação ao discurso oficial da equipe econômica em defesa do ajuste fiscal. O próprio Lula já rechaçou propostas como a revisão dos pisos de gastos para Saúde e Educação e da política de valorização do salário mínimo - que tem impacto nas despesas previdenciárias.

Na terça-feira, em entrevista à TV Record, ele afirmou que não há obrigação de cumprir a meta se "tiver coisas mais importantes para fazer".

"ESPECULAÇÃO". A previsão inicial era de que o anúncio de bloqueio e contingenciamento de despesas só ocorresse na próxima segunda-feira, quando a equipe econômica vai divulgar novo relatório bimestral com o balanço das despesas e receitas do Orçamento deste ano. "Essas informações seriam prestadas no dia 22; estamos antecipando justamente para evitar especulações", disse Haddad.

Foi o receio no mercado de um valor considerado muito baixo que impulsionou ontem as cotações do dólar, já pressionadas pela valorização da moeda no exterior e por incertezas em relação ao processo eleitoral nos EUA (a avaliação é de que, na hipótese de vitória do republicano Donald Trump, o país passaria a adotar, por exemplo, uma política econômica mais protecionista).

Nesse cenário, o dólar fechou o dia valendo R\$ 5,58, com alta de 1,9%. A valorização na semana já chega a 2,89%. Outras moedas de países emergentes também perderam força frente ao dólar. A diferença no caso do real, segundo economistas, é que o receio com o quadro fiscal tem deixado os investidores ainda mais reativos.

Também houve impacto na Bolsa de Valores. O Ibovespa, principal índice de referência do mercado acionário brasileiro, terminou o dia em 127,6 mil pontos, o que representou uma queda de 1,39%. "Depois de várias semanas de lua de mel, o mercado entrou hoje (ontem) em modo de realização (de lucros) um pouco mais forte. Fatos tanto externos quanto internos pesaram na sessão", afirmou o head de renda variável da Veedha Investimentos, Rodrigo Moliterno.

O anúncio de ontem foi feito após reunião dos

ministros que integram a chamada Junta de Execução Orçamentária (JEO) - além de Haddad, compõem o colegiado os ministros da Casa Civil, Rui Costa; do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck - com Lula. Haddad disse que os números apresentados ao presidente são de trabalho conjunto entre Receita e Ministério do Planejamento, que fizeram análise das contas públicas nos últimos seis meses. Já Tebet reforçou que o contingenciamento poderá ser revisto, o que é uma praxe na avaliação do Orçamento.

"Essas informações (valor do bloqueio e do contingenciamento de gastos) seriam prestadas no dia 22; estamos antecipando justamente para evitar especulações" Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Longe do alvo Avaliação no mercado é de que economia teria de chegar a R\$ 26,4 bi para cumprir meta

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Contenção" de R\$ 15 bilhões fica "dentro do arcabouço", diz Haddad

Renan Truffi, Fabio Murakawa e Julia Lindner De São Paulo

Após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nesta quinta-feira, 18, que o governo federal decidiu fazer uma "contenção" de aproximadamente R\$ 15 bilhões no Orçamento deste ano, como forma de garantir o cumprimento da meta de déficit fiscal entre zero e 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Deste total, R\$ 11,2 bi se referem a bloqueio enquanto R\$ 3,8 bilhões serão contingenciados.

"Vamos ter que fazer uma contenção de R\$ 15 bilhões para manter o ritmo do cumprimento do arcabouço", disse Haddad. "São R\$ 11,2 bi de bloqueio em virtude do excesso de dispêndio e R\$ 3,8 bi de contingenciamento, em virtude da receita, particularmente em função do fato de que não foram resolvidos os problemas pendentes no STF", complementou o titular da Fazenda, ao lado da ministra do Planejamento, Simone Tebet.

O anúncio foi feito após apresentação da Junta de Execução Orçamentária (JEO) a Lula. Além de Haddad e Tebet, compõem o colegiado os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e da Gestão, Esther Dwe-ck. Outros integrantes das pastas participaram do encontro.

A divulgação sobre a contenção de despesas era aguardada para segunda-feira (22), quando o governo publicará o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3-bimestre. Mas foi antecipada em meio à expectativa sobre as medidas de ajuste fiscal.

Bloqueio e contingenciamento são dois tipos de restrições temporárias de gastos, que atendem a diferentes regras do novo arcabouço fiscal. O bloqueio ocorre quando as despesas do governo aumentam mais que o limite de 70% do crescimento da receita acima da **inflação**. O contingenciamento ocorre quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado primário.

Segundo Haddad, o relatório que será divulgado na segunda-feira vai detalhar esses números e indicará déficit fiscal "perto da banda", entre zero e 0,25% do **PIB**, intervalo de tolerância do arcabouço. "Fica dentro

da banda, entre zero e 0,25% [do **PIB**]. Lembrando que nesse exercício que a Receita fez ela não está considerando nesse momento os efeitos da compensação prevista pela decisão do STF. Vai ser próximo do teto da banda, nesse relatório", disse Haddad, referindo-se à decisão da Corte de adiar o prazo para o acordo entre governo e Congresso sobre a compensação da desoneração da folha de pagamentos de setores intensivos em mão de obra, defendida por empresas e sindicalistas.

O ministro explicou que os R\$ 3,8 bi contingenciados podem vir a passar por "reavaliação" caso as negociações em torno de compensações avancem no Senado. Já a reversão do bloqueio, embora tecnicamente possível, dependeria de uma redução extraordinária de despesas, o que é considerado mais difícil.

O objetivo da reunião era conciliar duas visões distintas. Integrantes da ala desenvolvimentista do governo defendiam limitar o bloqueio a pouco mais de R\$ 10 bilhões, enquanto a equipe econômica - com apoio da articulação política do Executivo - estudava restrição maior.

Segundo o Valor apurou, a ala que defende expansão de gastos argumentou junto ao presidente, que o corte deveria girar em torno de R\$ 10 bilhões a R\$ 16 bi, no máximo. Acima disso, o risco seria afetar o funcionamento da máquina pública. Na avaliação desse grupo, uma retenção de R\$ 20 bilhões ou mais seria capaz de obrigar alguns órgãos a paralisar as atividades.

Para o ano que vem, o governo continua a prever cortes de R\$ 25,9 bilhões na proposta orçamentária, afirmou Haddad. O ministro também respondeu a questionamentos se Lula havia sido convencido sobre a necessidade de contenção de gastos.

A ministra do Planejamento,

Simone Tebet, intercedeu: "Ele já foi convencido lá atrás, hoje foi muito fácil. Está muito fácil", afirmou. Em seguida, Haddad disse que se estava dando o anúncio é porque Lula havia sido convencido.

Mais sobre o corte na página A4

"Ele [Lula] já foi convencido lá atrás. Hoje foi fácil. Está muito fácil" Simone Tebet

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187932?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187932?page=1§ion=1)**

Fazenda mantém estimativa para PIB e eleva a do IPCA

Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta De Brasília

O Ministério da Fazenda manteve em 2,5% sua estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024, enquanto alterou de 3,70% para 3,90% a projeção para a **inflação** oficial do país em 2024, medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os novos números foram divulgados ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE) da pasta no Boletim Macrofiscal, que contém a nova grade de parâmetros macroeconômicos. Apesar da manutenção na projeção de crescimento, a Fazenda avalia que há espaço para revisão para cima até o final do ano.

Para 2025, a projeção, sempre de crescimento, foi reduzida em 2,8% para 2,6%. Segundo a SPE, essa revisão para baixo repercutiu a pausa no corte de juros pelo Banco Central (BC).

Um pouco antes da divulgação, o ministro Fernando Haddad já havia sinalizado que não haveria mudanças nas projeções de crescimento ao informar que pediu "parcimônia" para secretaria da pasta na hora de revisar a projeção oficial para o desempenho da economia neste ano.

"Estamos recebendo informações e dados que sustentariam reprojeção, mas pedi cautela para avaliar bem se essa reprojeção deve ser feita e quando deve ser feita", comentou Haddad. Segundo o ministro, os dados da economia estão "vindo muito bem, consistente".

O Boletim Macrofiscal serve como baliza para a reavaliação do Orçamento deste ano, incluindo os cálculos de contingenciamento e bloqueio de recursos, necessários para a União cumprir a meta de resultado primário e o limite de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal, respectivamente.

A projeção mais alta para a **inflação** neste ano leva em consideração os impactos do câmbio mais depreciado, os reajustes recentes anunciados para os preços da gasolina e do GLP (botijão de gás) e também os efeitos da calamidade no Rio Grande do Sul nos preços.

Já para 2025, a previsão de **inflação** foi revisada para

cima para incorporar a expectativa de maior cotação do dólar.

A SPE estimou que a calamidade pública no Rio Grande do Sul deve ter um impacto negativo no **PIB** brasileiro de 0,25 p.p. este ano. De outro lado, medidas de auxílio tomadas pelo governo federal ao estado gaúcho devem adicionar ao **PIB** de 0,2 a 0,3 p.p. ao longo deste e dos próximos trimestres de 2024.

Segundo a pasta, agropecuária e indústria de transformação deverão ser setores mais afetados pela calamidade no Estado.

A Fazenda aponta, por outro lado, que os efeitos negativos no **PIB** "tendem a ser compensados, ao menos em 2024, pelas medidas de suporte às empresas e pelas transferências diretas às famílias e aos governos estadual e municipais". "Os impactos mais negativos da calamidade sobre a atividade deverão aparecer no **PIB** do segundo trimestre, sendo compensados nos trimestres seguintes", apontou a SPE.

Guilherme Mello, secretário de Política Econômica, avaliou que caso os dados sobre os setores do comércio e serviços e sobre o mercado de crédito continuem vindo melhor do que o esperado, é possível que haja uma revisão para cima da estimativa para crescimento do **PIB** deste ano.

"Claro que há possibilidade [para crescer mais do que 2,5%]. Temos alguns dados positivos, obviamente se eles continuarem vindo nesse campo [podemos revisar]. Temos que aguardar", disse Mello.

Em relação aos demais índices de **inflação**, o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deve ficar em 3,65% neste ano, enquanto a projeção anterior, divulgada em maio, era de 3,50%. Para 2025, a projeção é 3,15% (3,10%).

Por sua vez, o índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), deve fechar este ano em 3,60% (3,5%). Para 2025, a projeção foi mantida em 4%.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187932?page=1§ion=1>

IFI considera positiva sinalização de corte de R\$ 26 bi para o próximo ano

Estevão Taiar De Brasília

A sinalização dada pelo governo federal de que cortará R\$ 25,9 bilhões em despesas no ano que vem é positiva, por evitar o aumento, por mais de um canal, "dos desafios atuais para o reequilíbrio da dívida pública". A afirmação foi feita ontem pela Instituição Fiscal Independente (IFI) em seu Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de julho.

"O recente alívio nas cotações do real, em resposta à sinalização do governo sobre o compromisso com o arcabouço fiscal, é positivo para mitigar o aumento das expectativas de inflação", diz o órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado. "Isso poderia reduzir a necessidade de um aperto monetário mais agressivo por parte do Banco Central, evitando um cenário de juros ainda mais restritivo para a atividade econômica."

Assim, "a concretização de um cenário com juros mais altos amplificaria os desafios atuais para o reequilíbrio da dívida pública, especialmente em razão da perspectiva de aumento do déficit nominal, da redução dos investimentos e do crescimento econômico".

Nos cálculos da IH, se as expectativas de inflação convergirem para 3%, meta estabelecida pelo BC, a Selic em termos anuais poderia encerrar 2026 em 8%. Atualmente, o mercado projeta a Selic, sempre em termos anuais, em 9% no fim de 2026, segundo a edição mais recente do Boletim Focus.

Se as expectativas de inflação caminhassem para 4,5%, que é o limite superior da banda da meta, a Selic terminaria 2026 em 10,8%.

A Selic está em 10,5%. Já as expectativas de inflação do mercado estão em 3,9% para o ano que vem, também segundo o Focus.

A IFI também afirma que o governo federal precisará realizar esforço fiscal equivalente a 0,25% do PIB para o resultado primário ficar dentro do intervalo estabelecido para este ano. A quantia equivale a aproximadamente R\$ 28 bilhões.

A IFI projeta que o governo federal terá déficit primário de 0,5% do PIB neste ano, já incluindo gastos com as enchentes no Rio Grande do Sul. Como a meta de

resultado primário para 2024 é de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto do PIB, será necessário ajuste de pelo menos 0,25 ponto do PIB.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187932?page=1§ion=1>

Bancos reveem projeções para início de corte de juros nos EUA

Índices inflacionários mais brandos nos Estados Unidos e uma crescente preocupação com o mercado de trabalho estão levando bancos a rever suas projeções de quando será a primeira redução nas taxas de juros americanas e a intensidade dos cortes.

O UBS, por exemplo, adiantou a projeção do primeiro corte para setembro. Anteriormente, o banco havia previsto o início do afrouxamento monetário em dezembro. Agora, o banco suíço prevê dois cortes em 2024, em setembro e dezembro, ambos de 0,25 ponto percentual.

Segundo o economista do UBS Jonathan Pingle, a queda expressiva da **inflação** de moradia do índice de preços ao consumidor (CPI) provocou a revisão. "O reconhecimento do presidente do Federal Reserve [Fed, o banco central americano], Jerome Powell, da desaceleração econômica em curso enfatizou os riscos crescentes para a expansão do mercado de trabalho", disse.

A expectativa é que Powell deixe a comunicação dos próximos passos do Fed mais clara durante entrevista a ser concedida na segunda-feira ao empresário David Rubenstein na Bloomberg. Recentemente, Powell disse que a **inflação** não era o único risco para a política monetária, o que Pingle considera uma mensagem importante para seus colegas do Fed sobre a situação do mercado de trabalho, que mostra sinais crescentes de desaceleração. Ao mesmo tempo, segundo ele, a queda na **inflação** de moradia deve elevar a confiança de que o progresso do índice de preços de gastos com consumo (PCE) deverá continuar no fim do ano e no próximo.

Já o Citi afirma que, se a taxa de desemprego de julho subir de 4% para 4,1%, o Fed poderá cortar os juros em 0,50 ponto percentual na reunião de setembro, e não apenas em 0,25 ponto, como o mercado projeta. Segundo o economista-chefe para os EUA do banco, Andrew Hollenhorst, a preocupação não são os 4,1%, mas o ritmo de crescimento de 0,1 ponto percentual em três meses consecutivos, algo que geralmente precede recessões. "Se a taxa de desemprego continuar subindo e atingir 4,3% em agosto, a regra de Sahm será acionada com a média móvel de três meses subindo 0,5 ponto de sua mínima", disse.

A regra de Sahm é um modelo segundo o qual,

quando a média móvel de três meses da taxa de desemprego supera em 0,5 ponto a taxa mínima de desemprego em 12 meses, o gatilho da recessão é acionado. Segundo Hollenhorst, se o desemprego continuar subindo e a **inflação** seguir benigna, ou o Fed realizará um corte de 0,50 ponto em setembro, ou dará sinais fortes de que irá cortar em novembro e nas reuniões subsequentes.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) afirmou, em relatório divulgado nesta semana, que seria prudente para o Fed esperar evidências mais claras de que a **inflação** está retornando de forma sustentável para 2%, o que aconteceria apenas no fim do ano. A mesma colocação foi feita pelo candidato republicano à presidência Donald Trump em recente entrevista. Segundo Trump, um corte nos juros teria que ser feito apenas após as eleições de novembro porque, se ocorre antes, daria "impulso à economia e ao candidato democrata".

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187932>

BCE mantém taxa e deixa em aberto redução em setembro

O Banco Central Europeu (BCE) deixou ontem suas taxas de juros de referência inalteradas depois de iniciar o afrouxamento monetário na reunião anterior com um corte de 0,25 ponto percentual. Com a manutenção, a taxa de juros de referência da zona do euro ficou em 3,75%, o juro de refinanciamento seguiu em 4,25% e o dos empréstimos, em 4,5%.

Segundo o BCE, as pressões nos preços domésticos ainda são elevadas e a **inflação** de serviços está alta, o que deixará a **inflação** acima da meta até meados de 2025. Enquanto algumas métricas de preços subjacente subiram em maio devido a fatores não reconentes, a maioria dos indicadores ficaram estáveis ou caíram em junho, informou o comitê, que reiterou que se manterá dependente de dados e tomará decisões reunião por reunião. A decisão pela manutenção das taxas foi unânime.

Na entrevista, a presidente do BCE, Christine Lagarde disse que a política monetária seguirá restritiva pelo tempo que for necessário para que a **inflação** volte para a meta de 2% o que, segundo ela, deverá ocorrer apenas em meados de 2025. "A **inflação** caiu muito, mas não deverá mudar muito no restante do ano", disse ela. Em junho, a **inflação** da zona do euro recuou para 2,5%, ante 2,6% em maio.

Lagarde citou o crescimento ainda elevado dos salários como um dos motivos para uma desinflação mais lenta. Segundo ela, os salários irão parar de aumentar gradualmente ao longo de 2025 e 2026. Segundo ela, a baixa produtividade da zona do euro também estaria impedindo uma queda mais acentuada da **inflação**. "A atividade econômica da zona do euro cresceu menos no segundo trimestre do que no primeiro trimestre", afirmou.

"Os salários nominais mais elevados, juntamente com a fraca produtividade, contribuíram para o crescimento dos custos trabalhistas, embora tenham desacelerado levemente no primeiro trimestre deste ano", disse.

Lagarde afirmou também que, devido à natureza diferenciada dos ajustes salariais e à grande contribuição dos pagamentos não recorrentes, o crescimento dos custos com trabalhistas provavelmente permanecerá elevado no curto prazo.

Diferentemente do que vinha fazendo desde o início

do ano, Lagarde evitou dar uma orientação sobre os próximos passos do BCE. Questionada sobre um possível segundo corte de juros na próxima reunião, em setembro, Lagarde disse que o comitê segue dependente de dados e que a decisão de setembro está em aberto. "Não há um caminho pré-determinado para setembro e a **inflação** doméstica segue elevada", disse.

Embora tenha evitado dar uma orientação ao mercado, os analistas continuam apostando de que o BCE fará um novo corte em setembro. Para Mark Wall, economista-chefe do Deutsche Bank Research, apesar de alguns dados recentes de **inflação** serem menos amigáveis, o BCE considerou alguns como pontuais e outros como já precificadas. "O BCE está sentindo-se confortável com as tendências e vendo através do ruído, o que é consistente com o fato de ser "dependente de dados e não dependente dados pontuais".

Jack Allen-Reynolds, economista da Capital Economics, argumenta que o tom da presidente Lagarde foi mais em direção a um novo corte em setembro. "A presidente pareceu otimista de que os fatores subjacentes à **inflação** estão avançando na direção certa. Ela argumentou que a medida preferida do BCE para o crescimento salarial (a remuneração laboral por trabalhador) está em linha com as expectativas, embora tenha ficado acima do previsto pelo banco no primeiro trimestre", disse.

Para Lagarde, os acordos salariais já feitos irão contribuir para um crescimento da renda mais lento no próximo ano. "Assim, embora ela tenha descrito a reunião de setembro como "aberta", pensamos que serão necessárias algumas surpresas nos dados para o BCE deixar os juros inalterados por uma segunda vez consecutiva", afirma. O economista projeta que o BCE irá cortar 0,25 ponto por trimestre até que a taxa de referência atinja 2,5%.

"A **inflação** caiu muito mas não deverá mudar muito no restante do ano" Christine Lagarde

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187932>

Bancos criam fundos de debêntures "turbinados"

Liane Thedim Do Rio

Para ampliar o rendimento, alguns bancos estão colocando em fundos de investimento em títulos de infraestrutura, que são isentos de Imposto de Renda (IR), ativos de outros mercados, com maior possibilidade de retorno, mas também mais risco e volatilidade. O mais recente a ser criado foi o fundo da Santander As-set, no fim de junho, que, além das debêntures com incentivo fiscal, aloca recursos em juros, moedas e inflação nos mercados local e externo. As assets do BTG Pactual e do Itaú também lançaram produtos nesse sentido.

"Os prêmios de risco das debêntures incentivadas estão em patamares baixos. O objetivo é poder diversificar e garantir retorno sem relação com crédito privado, em uma estratégia diferente, usando renda fixa ativa, mas também sem deixar de utilizar o veículo para financiar infraestrutura e garantir a isenção de IR", explica Guilherme DAurea, gestor de crédito privado da Santander Asset.

Pelas regras desses fundos, não há obrigação de alocar todos os recursos em debêntures incentivadas nos primeiros seis meses. De seis meses a dois anos, dois terços do patrimônio líquido médio dos 180 dias (anteriores ou na data, o que for menor) precisam estar nesses papéis; a partir daí, a fatia obrigatória passa a 85%. E é nessa parcela que os bancos estão apostando em outros ativos.

Luciano Rais, gestor de fundos de renda fixa da asset, comenta que a estratégia agora disponível no varejo já existia em carteiras específicas de investidores selecionados. Ele diz que pode usar todos os instrumentos de derivativos disponíveis na BM F, de renda fixa ou moedas de países em diferentes estágios de crescimento. Já a parte alocada em debêntures incentivadas, corrigidas pelo IPCA mais uma taxa, usa instrumentos que retiram a volatilidade da curva de juros futuros para garantir um ganho acima do CDI.

"Com isso, a volatilidade será menor, o que atende bem ao varejo", diz Rais. Mesmo assim, a taxa de volatilidade do fundo, em torno de 2% ao ano, fica bem acima da média de um fundo comum de debêntures incentivadas, em torno de 0,7%. Com a parcela de risco de mercado, o objetivo é conseguir um

rendimento de 1,5% a 2% ao ano adicionais ao spread de crédito que já está garantido nas debêntures. A expectativa é que esse fundo chegue a R\$ 500 milhões em patrimônio líquido. Hoje, a Santander Asset tem um total de R\$ 5,3 bilhões em debêntures incentivadas.

DAurea espera que os spreads de crédito [diferença entre as taxas pagas pelo emissor e o título público de referência, que, neste caso, são as NTN-Bs, corrigidas pelo IPCA] continuem estáveis até o fim do ano, portanto, em patamar abaixo dos últimos anos. Desde fevereiro, o setor de crédito privado tem visto uma redução desses prêmios de risco porque houve um aumento forte na demanda por títulos isentos, o que inclui os Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio (CRIs e CRAs), depois que o Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou novas regras.

As mudanças restringiram as emissões desses papéis e de LCIs e LCAs, títulos bancários que vinham sendo alvo de grandes volumes de investimentos. Outro fator que influenciou na procura foi a taxa dos fundos fechados exclusivos ou restritos, cujos recursos migraram em busca de outros produtos com benefícios tributários.

Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) mostram que, do total de R\$ 175,6 bilhões captados pelo setor de fundos no ano até maio, R\$ 106 bilhões foram em carteiras com mais de 50% em crédito privado. Só as carteiras que agregam ativos de infraestrutura receberam R\$ 53,2 bilhões, com o patrimônio líquido chegando a R\$ 118,4 bilhões.

Rais lembra que, com o fim dos cortes de juros, o investidor pode ficar mais avesso a risco, mas, por outro lado, nesses momentos de maior volatilidade o gestor pode fazer movimentos que rendam mais. "Ao longo dos últimos meses lançamos produtos com maior volatilidade que têm captado bem a despeito de a Selic não ter caído abaixo de 10%." Na BTG Pactual Asset Management, o primeiro fundo híbrido começou a captar há seis meses e já atingiu um bom ritmo, com patrimônio líquido de R\$ 450 milhões. Eduardo Arraes, sócio e responsável pelos fundos de crédito da gestora, conta que, como a empresa tem três mesas diferentes de multi-mercados, há quatro meses foram lançados mais dois fundos nessa linha, em parceria

com cada uma delas. Os mais recentes não podem ter rendimento divulgado, por isso o foco de captação está no pioneiro, o BTG Pactuai Hedge Incentivado. "Temos visto mais demanda por essa estratégia com busca de retorno adicional." Mas o investidor precisa estar disposto à instabilidade na lâmina do fundo. No ano, o fundo rende 117% do CDI (6,26% até o último dia 3, isentos de IR), mas em junho, por exemplo, teve retorno equivalente a 73% do CDI (0,58%); em maio, a 121% do CDI (1,01%); e, em abril, 40% (0,36%). "Tem mais volatilidade porque tem risco de juros e moedas", afirma. "Temos uma cogestão com a equipe desses mercados, mas os investimentos são mais conservadores e têm metade do risco de mercado que tomam em outras posições." Segundo ele, a volatilidade do fundo fica em 1%.

A Itaú Asset tem três fundos híbridos. O Itaú Action Debêntures Incentivadas, que a instituição afirma ter sido o pioneiro do formato no país, criado em dezembro de 2021, o Lumina Plus Debêntures Incentivadas e o Itaú Artax Infra Incentivado. O Action, por exemplo, encerrou junho com rendimento negativo de 0,34%, depois de um retorno de 1,6% em maio e de novamente um tombo de 3,39% em abril. No ano, rende apenas 0,03% (isento de IR). Os gestores atribuíram o mau desempenho no mês passado às posições em juros reais de vencimentos entre cinco e oito anos, que sofreram impacto das incertezas em relação à política fiscal e ao controle da **inflação**.

O Lumina, lançado em setembro do ano passado, rende no ano 5,36% isentos de IR (102% do CDI), tendo registrado rendimento negativo somente em abril (-0,11%). Mais jovem, o Artax, lançado em dezembro de 2023, oferece ganho modesto no ano (5,11% isentos, ou 98% do CDI), mas não teve rendimento negativo em nenhum mês. Juntos, os três têm patrimônio de R\$ 530 milhões, sendo R\$ 435 milhões só do Action.

Já a área de "fundos de fundos" do Itaú criou em agosto de 2023 três fundos criados com essas características em parceria com as gestoras Vinland, Absolute e Legacy, cujo fundo "Hicker", por exemplo, investe em juros e câmbio.

"Há um debate se é renda fixa ou multimercado porque leva o nome de renda fixa ativa", diz Clara Sodré, analista de fundos da XP Investimentos. "É um multimercado com volatilidade controlada que entra na casca de incentivados em busca da isenção do IR." Ela lembra que são casas com o braço de multimercados muito desenvolvido que entra em associação com o time de crédito. "A fatia de 15% em operações com derivativos pode agregar bastante risco, mas temos visto estratégias mais conservadoras, mais na linha de elevar os retornos ao

longo do tempo. São novas estruturas alinhadas à evolução da indústria."

"Temos visto mais demanda por essa estratégia com busca de retorno adicional" Eduardo Arraes

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187932>

Fazenda sobe para 3,9% estimativa de inflação em 2024

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda aumentou, de 3,7% para 3,9%, a estimativa de **inflação** pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano. A previsão consta do Boletim Macrofiscal, divulgado ontem. Em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**), o documento manteve em 2,5% a projeção de crescimento para 2024.

A previsão para o IPCA está dentro da meta de **inflação** para o ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%. Para 2025, a estimativa avançou de 3,2% para 3,3%. (Agência Brasil)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/07/fazenda-sobe-para-3-9-estimativa-de-inflacao-em-2024.html>

O que esperar economicamente do segundo semestre de 2024? (Artigo)

João Victorino Administrador de empresas, professor de MBA do Ibmec e especialista em finanças pessoais

O primeiro semestre de 2024 chegou ao fim e agora estamos oficialmente na segunda metade do ano. É natural que alguns planos tenham se concretizado, enquanto outros talvez não tenham saído como o esperado. Mas, quando o assunto é a situação econômica do Brasil, o que podemos esperar para os próximos seis meses?

Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam que as novas projeções posicionam o Brasil como a 8ª maior economia global em 2024. Este avanço decorre da previsão de crescimento de 2,2% no Produto Interno Bruto (**PIB**), impulsionado pelos setores de comércio, serviços e agropecuária, e do aumento dos investimentos e do consumo das famílias, favorecidos pela redução da taxa Selic e queda na taxa de desemprego.

Apesar das últimas quedas da taxa Selic, o nível atual dos juros básicos no País ainda é impeditivo para empreender. Afinal, apenas deixando o dinheiro parado, rende **inflação** (IPCA) e mais 6,4% ao ano. A atividade empreendedora precisa ter uma rentabilidade muito atrativa para que o investidor decida correr o risco. É urgente que os juros continuem a cair de modo saudável, sem puxá-lo à força.

Os agentes econômicos precisam ter mais confiança na autoridade monetária e as expectativas de **inflação** devem estar "ancoradas". Isso significa convergir para uma determinada banda de oscilação, sem surpresas, o que acalma os ânimos e favorece a criação de um ambiente em que as pessoas estejam confiantes em investir no longo prazo, visto que seus investimentos não serão corroídos pela **inflação**.

Devemos prestar atenção à situação econômica atual e considerar como seremos afetados como cidadãos. Muitas questões econômicas podem parecer irrelevantes para o nosso dia a dia, mas ao analisá-las mais de perto, percebemos seus impactos inevitáveis.

Outro fato que evidencia esta preocupação está nos preços dos alimentos, que devem voltar a sofrer com a **inflação**. Isso acontece devido aos eventos climáticos pelo País e pelo mundo, especialmente com a tragédia

das chuvas no Rio Grande do Sul. O Boletim Focus destaca aumento do preço dos produtos em uma intensidade superior à da **inflação** geral, que deve encerrar o ano em torno de 3,96%.

Além disso, temos o aumento do dólar, que afeta nossos índices internos de **inflação** e acaba sendo refletido no cotidiano das pessoas. Com o aumento do dólar, poderemos sentir impactos nos preços de produtos importados, nos custos de produção das empresas e nas expectativas inflacionárias. E quem planeja viajar ao exterior ou fazer intercâmbios fora do país, enfrenta outro desafio: a desvalorização do real.

Resumindo, são muitas variáveis para se dar conta. Portanto, se você não tem um plano financeiro bem estruturado e adaptado a sua realidade, é provável que se perca na vastidão de notícias e acontecimentos, que se tornam meros ruídos em janelas de tempo mais longas. Por isso, monte seu planejamento (ou revise o que já possui), pensando na necessidade de investir, sempre olhando para o longo prazo. %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Índice de Preços ao Consumidor Restrito avançou 0,53%, diz Ipead

O Ipead também calculou o Índice de Preços ao Consumidor Restrito (IPCR) de Belo Horizonte, que considera os gastos das famílias com renda de até cinco salários mínimos. No período, o índice experimentou alta de 0,53% nesta segunda medição de julho, também desacelerando em relação à quadrissemana anterior (0,69%). Enquanto no ano, o IPCR já acumula crescimento de 5,52% e aumento nos últimos doze meses de 6,11%. Frente ao mesmo período do ano anterior, o IPCR também acelerou, pois havia sido de -0,18% na mesma época de 2023.

Neste caso, a **inflação** da Alimentação como um todo no IPCR apresentou variação negativa de 0,61% e o subgrupo Alimentação na residência apresentou queda consecutiva (-2,03%) no período. O maior aumento observado foi de 2,54% nos preços de Alimentação em restaurante, componente do subgrupo Alimentação fora da residência. Destaca-se ainda a queda de 10,66% no item Alimentos in natura, de 0,54% em Bebidas em bares e restaurantes e de 0,23% em Alimentos industrializados.

O grupo Produtos não alimentares apresentou alta de 0,88 %, com o item Artigos de residência tendo sido o que mais subiu em comparação com a quadrissemana anterior, com elevação de 1,51%.

Por fim, em relação à contribuição de produtos específicos para a alta do IPCR, os preços da Tarifa de energia elétrica residencial, Lanche e Automóvel usado foram os maiores destaques. No sentido oposto, os itens que mais contribuíram para segurar o crescimento do IPCR foram os preços médios do Tomate, da Batata-inglesa e da Cenoura vermelha. (MB) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Fazenda reduz projeção para alta do PIB em 2025 para 2,6%

Brasília - A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda manteve em 2,5% sua projeção para o crescimento econômico do Brasil em 2024 e piorou a expectativa para a alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2025 de 2,8% para 2,6%, mostrou boletim divulgado ontem.

O documento também apontou uma deterioração na visão do governo para a **inflação**, com a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) indo a 3,9% para 2024, ante previsão de 3,7% feita em maio, enquanto o índice para 2025 foi ajustado de 3,2% para 3,3%, mostrando afastamento da meta de 3%.

"Essa estimativa já leva em consideração os impactos do câmbio mais depreciado e da calamidade no Rio Grande do Sul nos preços, além dos reajustes recentes anunciados para os preços da gasolina e GLP", disse a SPE sobre a projeção de **inflação** para este ano.

Em relação à atividade, a secretaria informou que revisou para baixo a expectativa de desempenho da agropecuária em 2024, de -1,4% para -2,5%, com redução na estimativa para a safra de soja, milho e trigo, além dos impactos das chuvas no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, os números foram revistos para cima no caso da indústria (2,4% para 2,6%) e de serviços (2,7% para 2,8%). A pasta ainda disse acreditar em uma compensação dos efeitos negativos provocados pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

"Os impactos negativos das enchentes no Estado devem ser compensados por medidas de suporte às famílias, empresas e aos governos estadual e municipais", disse a SPE no documento.

Mesmo com a manutenção da estimativa da atividade para o ano, a projeção do governo ainda é mais otimista que a do Banco Central, que previu em junho uma alta de 2,3% no **PIB** de 2024. O mercado espera um crescimento ainda mais fraco, de 2,11%, segundo o mais recente boletim Focus do BC.

Em 2023, o **PIB** brasileiro cresceu 2,9%, impulsionado por uma safra recorde de grãos e forte resultado das indústrias extrativas, com destaque para petróleo e

minério de ferro.

A reavaliação das projeções foi marcada por uma mudança de tom do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antes da divulgação dos números. Após ter afirmado na última terça-feira (16) que seria "provável" uma revisão para cima da projeção de crescimento, ele afirmou a jornalistas na manhã de ontem que pediu parcimônia à SPE na reavaliação.

"Estamos recebendo informações e dados que sustentariam uma reprojeção, mas eu pedi cautela para avaliar bem se essa reprojeção deve ser feita e quando deve ser feita, mas os dados da economia estão vindo muito bem e com baixa pressão sobre os preços", disse o ministro.

Arcabouço fiscal - As projeções da SPE balizam a programação de receitas e despesas orçamentárias do governo. O novo relatório bimestral de avaliação fiscal, a ser divulgado na próxima segunda-feira (22), é aguardado com ansiedade por agentes do mercado pela expectativa de que o governo anuncie um bloqueio ou contingenciamento de verbas para respeitar o arcabouço fiscal.

Na divulgação de maio, a equipe econômica projetou que o governo central fechará 2024 com déficit primário de 14,5 bilhões de reais, ainda dentro da margem de tolerância para a meta do ano. (Reuters) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

'Brasil não pode gastar mais do que arrecada'

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse nesta quinta-feira, 18, que a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é que o governo não gaste nem mais do que arrecada, nem menos do que o "necessário". Ela reforçou a importância de zerar o déficit no ano que vem, mas disse que o Executivo também precisa garantir as políticas sociais.

"É não gastar demais a ponto de, depois, o mais pobre comprar comida mais cara, mas também não gastar de menos. Essa é a determinação do presidente Lula", afirmou Tebet, durante entrevista ao programa "Bom dia, ministra", da EBC.

Segundo a ministra, déficits primários prejudicam a credibilidade da política fiscal e levam a um aumento dos juros, com impacto no dólar e na Bolsa. Por isso, o governo precisará cortar gastos no ano que vem. Mas essa redução, ela disse, será naquilo que "está sobrando", com a reestruturação de programas sociais.

Tebet disse que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por exemplo, será preservado, sobretudo nas obras relativas às áreas de saúde e educação. "O PAC está preservado: ainda que a gente tenha de fazer cortes temporários, contingenciamento ou bloqueio em obras de infraestrutura, a gente faz naquelas que não iniciaram", adiantou, explicando que a ideia é repor essas verbas no futuro.

Simone Tebet classificou a elaboração do Orçamento como uma "ginástica um pouco difícil", que parece - mas não é - uma conta matemática simples. Conforme pontuou a ministra, o governo federal tem o compromisso de não gastar mais do que arrecada na elaboração do Orçamento de 2025.

"Temos um compromisso com o País, por determinação do presidente Lula e da equipe econômica, de não gastar mais do que arrecadamos.

Então, nosso orçamento do ano que vem tem que trazer as despesas necessárias para atender todas as demandas do Brasil, mas não pode passar daquilo que arrecadamos", comentou no programa "Bom dia, ministra".

O governo tem até o dia 31 de agosto para enviar ao Congresso a Lei Orçamentária Anual, que estima as receitas e as despesas públicas para o próximo ano.

De acordo com a ministra, o Brasil não pode "seguir devendo", porque isso tem um impacto grande na vida do povo. "Um país que entra anos seguidos gastando mais do que arrecada compromete juro, **inflação** e impacta dólar. Isso significa preços mais caros para a vida das pessoas", afirmou.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12559/19-07-2024.html>

Inflação deve avançar e terminar o ano em 3,9%

O Ministério da Fazenda do Brasil, em seu mais recente Boletim Macrofiscal divulgado nesta quinta-feira (18), ajustou suas previsões para a **inflação** e o crescimento econômico nos próximos dois anos. Enquanto as expectativas para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024 permanecem estáveis em 2,5%, a projeção para 2025 foi ligeiramente reduzida de 2,8% para 2,6%.

Este ajuste no crescimento esperado para 2025 reflete uma combinação de fatores internos e externos. Notavelmente, o primeiro trimestre de 2024 registrou um desempenho econômico mais robusto do que o esperado, embora esse resultado positivo tenha sido parcialmente ofuscado pelos efeitos adversos das recentes calamidades naturais no Rio Grande do Sul, que também impactaram as projeções de **inflação**.

A revisão das taxas de **inflação** projetadas para 2024 e 2025 foi para cima, atingindo agora 3,9% e 3,3%, respectivamente, ante as previsões anteriores de 3,7% e 3,2%. Esses ajustes ainda se mantêm dentro dos limites da meta de **inflação** do governo, que permite uma variação de até 1,5 ponto percentual para mais ou para menos sobre o objetivo central de 3%.

O aumento nos valores esperados para a **inflação** foi influenciado por vários fatores. Dentre eles, a desvalorização do real frente ao dólar, observada desde meados de abril, após mudanças nas expectativas relacionadas ao ciclo de cortes de juros nos EUA. Esse enfraquecimento, comum a outras economias latino-americanas, tem pressionado os preços internos, elevando as projeções de **inflação** para os próximos anos.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/19-07-2024-edicao-24875/>